

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

LIAMARA POLETTI

PROGRAMA BPC NA ESCOLA:

A Articulação das Políticas de Assistência Social e Educação na Garantia do Acesso e Permanência de Crianças e Adolescentes com Deficiência nas Escolas do Município de Palhoça (SC)

FLORIANÓPOLIS

2014

LIAMARA POLETTI

PROGRAMA BPC NA ESCOLA:

A Articulação das Políticas de Assistência Social e Educação na Garantia do Acesso e Permanência de Crianças e Adolescentes com Deficiência nas Escolas do Município de Palhoça (SC)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Msc. Daniele Cima Cardoso

FLORIANÓPOLIS

2014

LIAMARA POLETTI


PROGRAMA BPC NA ESCOLA: a Articulação das Políticas de Assistência Social e
Educação na Garantia do Acesso e Permanência de Crianças e Adolescentes com
Deficiência nas Escolas do Município de Palhoça (SC)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do Centro
Socioeconômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Msc. Daniele Cima Cardoso
Professora do Departamento de Serviço Social - UFSC
Orientadora



Msc. Camila Magalhães Nélsis
Assistente Social – SST/SC
Primeira Examinadora



Profa. Dra. Michelly Laurita Wiese
Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC
Segunda Examinadora

Florianópolis, 23 de julho de 2014.

Dedico este trabalho aos meus pais, Ivaldir Poletti e Maria Salete Poletti, por acreditarem em mim e estarem sempre ao meu lado. Muito obrigada por tudo!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por estar me conduzindo nesta jornada tão especial da minha vida e em todas as outras por que já passei e que estão por vir.

Aos meus pais, Ivaldir Poletti e Maria Salete Poletti, por toda confiança em mim depositada, todo amor e carinho, por me auxiliarem na busca da realização deste sonho acreditando sempre no meu potencial. Amo muito vocês. A vocês dedico este Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos meus irmãos, Jucimar Poletti, Lionara Poletti e Lucimara Poletti, que, de alguma forma me incentivaram, não me deixando desistir neste momento tão intenso de realização desta pesquisa. Agradeço à minha irmã, Lionara, que sempre acreditou que iria conseguir chegar ao fim e me incentivou em toda minha trajetória acadêmica, me oferecendo amor verdadeiro e grande cumplicidade para a concretização deste sonho. E à minha irmã, Lucimara, que esteve diariamente comigo em sala de aula, passando por todas as barreiras da graduação, presente nas lágrimas derramadas e também nos momentos felizes. A você, minha irmã, não teria palavras para expressar toda gratidão, amor, carinho e paciência comigo nesses quatro anos de graduação.

Agradeço a Albertina Chaves Folster, minha querida madrinha, pela amizade, segurança e companheirismo e por ter me presenteado com um afilhado maravilhoso, Vitor Gabriel Folster, meu orgulho, meu amigo de todas as horas. A madrinha te ama muito.

A todos os meus amigos que, de alguma forma, me estimularam nesta jornada, em especial minha querida amiga Janesca Iurkevicz, que foi a grande motivadora e incentivadora da escolha do curso de Serviço Social e me fez abraçar esta profissão com toda dedicação. A você, minha grande amiga, agradeço pela preciosa amizade, ombro amigo e palavras de incentivo: “Amiga tenho certeza de que você vai conseguir”, pelo presente de ser a irmã “genérica”, como diz minha mãe, “faz o mesmo efeito”. Simplesmente amo você.

Agradeço às minhas amigas de graduação, Cleuni Fátima Pagno, Regina Hoffmann, Amanda dos Santos Santiago, Juliana Cardozo de Elesbão, Gracielle Cristina de Oliveira Pedro Martins, pelo companheirismo nesta jornada de quatro anos, passando por muitos obstáculos e superando juntas para seguir em frente na realização deste sonho.

Agradeço à equipe da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina (SST/SC), especificamente à Diretoria de Assistência Social, Gerência de Proteção Social Básica, Coordenação dos Benefícios Socioassistenciais, em especial a Patrícia Chaves de Souza, Fabiana de Souza, Maristela Antônia dos Santos, Viviane

Potier Fernandes, Luís Antonio de Souza e Camila Magalhães Nélsis; à minha supervisora de campo e todos os outros profissionais que por ali passaram. A vocês agradeço pela cumplicidade deste um ano e dois meses de estágio e pelo aprendizado que irei levar por todo meu percurso profissional com muito carinho.

À minha querida supervisora de campo, Camila, não poderia deixar de escrever algumas palavras especiais, pois me recebeu de braços abertos no estágio, sempre atenciosa e prestativa, com seu conhecimento se tornou minha grande fonte de inspiração. Agradeço pelo incentivo, pela grande amizade que vai ficar para sempre.

E agradeço à minha querida orientadora professora, Daniele Cima Cardoso, pela paciência e pela força, por acreditar no meu potencial e se tornar uma pessoa muito especial na minha vida.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para realização deste trabalho de conclusão de curso.

Muito obrigada!

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar” (MANDELA).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar as ações e estratégias conjuntas desenvolvidas pelas políticas de Assistência Social e Educação do Município de Palhoça (SC) para garantir o acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) inseridos no Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência, beneficiárias do BPC (Programa BPC na Escola). Para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se por uma abordagem de cunho qualitativo. Assim sendo, optamos para a realização desta pesquisa, utilizar entrevista semiestrutura, análise de documentos de domínio público e, para subsidiar teoricamente as discussões, nos respaldamos em alguns autores. Para atingir o objetivo proposto, foi realizado um resgate histórico das políticas sociais e a constituição de um Benefício de Prestação Continuada no Brasil, percorrendo algumas considerações sobre o Programa BPC na Escola, perpassando pelo público prioritário do programa: criança e adolescentes, seus entes envolvidos e a implantação do Programa no Estado de Santa Catarina. Em seguida, buscamos fazer uma análise da articulação das políticas de Assistência Social e Educação na garantia do direito à escola da criança e adolescente com deficiência beneficiários do BPC no município de Palhoça. E, por fim, fizemos algumas considerações sobre o tema.

Palavras-chave: Criança e adolescente. Direito. Programa BPC na Escola. Intersetorialidade.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPs	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CF/88	Constituição Federal de 1988
DIES	Diretoria de Ensino Superior
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FCEE/SC	Fundação Catarinense de Educação Especial
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GGE	Grupo Gestor Estadual
GGI	Grupo Gestor Interministerial
GGM	Grupo Gestor Municipal
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MPS	Ministério da Previdência Social
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAR	Plano de Ações Articuladas
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social

PNBEM	Política Nacional do Bem-Estar do Menor
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
RMV	Renda Mensal Vitalícia
SAA	Sistema de Autorização e Autenticação
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SED/SC	Secretaria de Estado da Educação
SEDH/PR	Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República
SC	Santa Catarina
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SES/SC	Secretaria de Estado da Saúde
SST/SC	Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TDA/H	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	AS POLÍTICAS SOCIAIS E A CONSTITUIÇÃO DE UM BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NO BRASIL	15
2.1	O Programa BPC na Escola: algumas considerações	21
2.2	O papel das políticas de Assistência Social e Educação no contexto do Programa BPC na Escola	27
2.3	Crianças e adolescentes sujeitos de direitos: algumas considerações	32
3	OS PASSOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO ESTADO DE SANTA CATARINA	37
3.1	A Intersetorialidade das políticas públicas: alguns apontamentos	43
4	UMA ANÁLISE DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO NA GARANTIA DO DIREITO À ESCOLA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA (SC)	47
4.1	Caracterização das profissionais entrevistadas	48
4.2	O acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência na agenda das Políticas de Educação e Assistência no município de Palhoça	50
4.3	O público beneficiário do BPC na Escola: alguns apontamentos	55
4.4	As ações realizadas pelas políticas de Assistência Social e Educação no contexto do Programa BPC na Escola	58
4.5	A articulação entre as políticas de Educação e Assistência Social: uma análise necessária	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS	68
	APÊNDICE A - ROTEIRO ORIENTADOR DAS ENTREVISTAS REALIZADAS	75
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE	76

1 INTRODUÇÃO

Estudar questões que permeiam a temática criança e adolescente é sempre muito desafiante, pensar o seu atendimento integral e a garantia dos seus direitos é um caminho necessário. Entretanto, pensar a criança e o adolescente de acordo com as suas especificidades, requer olhar atento para que não incorramos em erros que possam segmentar e categorizar esses sujeitos sociais.

Desse modo, o presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo principal analisar as ações e estratégias conjuntas desenvolvidas pelas políticas de Assistência Social e Educação do Município de Palhoça (SC) para garantir o acesso e permanência de crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) inseridos do Programa BPC na Escola.

Concomitante a isso, são objetivos específicos identificar nas Políticas de Assistência Social e Educação, em seus documentos institucionais desde 2012¹ como o tema do acesso e permanência de crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) na escola tem sido abordado; compreender como as crianças e adolescentes com deficiência, beneficiários do BPC, inseridos no Programa BPC na Escola, são acompanhados pela Política de Assistência Social e Educação. E, por último vislumbrar as ações articuladas entre as políticas de Assistência Social e Educação para garantir o acesso e permanência de crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do BPC inseridos no Programa BPC na Escola.

Cabe destacar que o interesse pelo tema foi motivado por questionamentos e inquietações teóricas e empíricas que surgiram ao longo da trajetória acadêmica, porém mais intensamente após o ingresso no campo de estágio não obrigatório e obrigatório na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina (SST/SC), especificamente na Diretoria de Assistência Social, Gerência de Proteção Social Básica, Coordenação dos Benefícios Socioassistenciais no anos de 2013 a 2014. Assim sendo, buscou-se apreender e ampliar o conhecimento sobre a gestão do SUAS em âmbito estadual, e ainda, estando inserida no contexto da Coordenação dos Benefícios Socioassistenciais, conseguimos apreender o processo de burocratização caracterizado pela morosidade e pela sobrecarga de demandas repassadas para um número reduzido de profissionais atuantes no setor.

¹ Ano de adesão do município de Palhoça ao Programa BPC na Escola.

Portanto, cabe nesta introdução destacar de forma objetiva elementos que estão contidos no presente trabalho e que no decorrer dele serão mais detalhados.

O princípio constitucional assegura que toda criança e adolescente têm direito à educação com qualidade necessária para a sua formação. Tendo em vista o sujeito destinatário das políticas públicas e sociais, esse direito é um dever de quem oferece a política e/ou a executa. Cabe ressaltar que é diante da política pública social que os direitos sociais se concretizam numa clara perspectiva de contradição entre capital *versus* trabalho, Estado *versus* sociedade.

É nesse campo contraditório que trabalhadores sociais, dentre eles assistentes sociais e pedagogos têm seu fazer profissional permeado por tensionamentos diários. Sendo assim, pensar as políticas sociais com acesso universal e como ampliação de direitos, e não como ações fragmentadas e setoriais, torna-se um dos tantos desafios para esses profissionais.

Entendemos que essa disposição de fatores é indispensável para se pensar estratégias e ações articuladas entre as políticas públicas para uma agenda de garantia de direitos para a infância e adolescência. Nesse sentido, problematizar, pesquisar como as diferentes políticas públicas sociais têm atuado na garantia de direitos é fundamental para a materialização destes. Assim, discutir as ações intersetoriais concretas entre as políticas de Assistência Social e Educação, no sentido de garantir o acesso e permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola beneficiária do Benefício de Prestação Continuada (BPC), é de fundamental importância.

Enfatizamos que essa articulação constitui um grande desafio em um contexto de exclusão, diminuição dos direitos e, ao mesmo tempo, de ampliação de políticas setoriais. Nesse campo que temos vivenciado, se faz necessário conhecer e ampliar o atendimento às demandas específicas necessárias e, ao mesmo tempo, ampliar as demandas universais. Então, acreditamos que, para estabelecer articulação em rede, é necessária a realização de planejamento conjunto pelas diferentes áreas, e que cada área assuma a responsabilidade para o alcance de determinado objetivo, tendo como foco o acesso universal aos direitos pela população. Essa articulação somente ocorrerá por meio do compartilhamento das responsabilidades e definição conjunta de prioridades.

Diante do exposto, a pergunta que norteou o objeto da pesquisa ora apresentada foi: “Quais têm sido as ações e estratégias conjuntas adotadas pelas políticas de Assistência Social e Educação do município de Palhoça (SC) para garantir o acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do BPC, inseridos no Programa BPC na Escola? ”.

No que tange à metodologia da pesquisa, optamos por uma pesquisa de cunho qualitativo, não desprezando, contudo, a face quantitativa no estudo do objeto proposto, pois entre quantidade e qualidade não há antagonismo, são faces diferenciadas do mesmo fenômeno (MINAYO; GOMES; DESLANDES, 1994).

Desse modo, para a realização da pesquisa e alcance dos objetivos propostos, entendemos que as Políticas de Assistência Social e a de Educação se configuram como espaço importante para a coleta de dados. Para a realização da pesquisa, definimos pela entrevista semiestrutura (APÊNDICE A). Ela constitui importante técnica de coleta de dados e, para realizá-la, utilizamos um roteiro de perguntas buscando um diálogo maior entre o sujeito-pesquisador e o sujeito-entrevistado, possibilitando assim capturar informações importantes da realidade social, que é o nosso objeto de pesquisa. Para a realização das entrevistas, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B), que foi apresentado às profissionais envolvidas na pesquisa. Optamos por entrevistar uma profissional assistente social que responde pelo Programa BPC na Escola na política de Assistência Social e a outra, profissional pedagoga,² que responde pelo Setor de Educação Especial, na política de Educação. Para garantir o sigilo das profissionais, optamos por identificá-las como P1 e P2, respectivamente, profissional Assistente Social e Pedagoga.

Utilizamos também da análise e consulta de documentos de domínio público institucionais, tais como Portarias, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), documentos e cartilhas orientadoras de ambas as políticas, que consideramos mais relevantes para realização da pesquisa. Para subsidiar teoricamente as discussões, nos respaldamos em autores como: BRONZO; VEIGA (2007), INOJOSA (2001), SPOSATI (2004; 2006) e PEREIRA (2011).

É importante dizer que a escolha pela cidade de Palhoça (SC) para a realização da pesquisa se deu pela proximidade que a pesquisadora tem com esse município, pelo fácil acesso para o deslocamento e realização das entrevistas.

Sendo assim, para a contribuição na discussão sobre “Programa BPC na Escola: a Articulação das Políticas de Assistência Social e Educação na Garantia do Acesso e Permanência de Crianças e Adolescentes com Deficiência nas Escolas do Município de Palhoça (SC)”, a presente pesquisa estruturou-se em cinco capítulos.

² No momento do primeiro contato com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) de Palhoça para a realização desta pesquisa, a profissional não soube nos informar quem era a pessoa responsável pelo Programa BPC na Escola, aceitando, desse modo, fazer parte da pesquisa.

No segundo capítulo é realizado um resgate histórico das políticas sociais e a constituição de um Benefício de Prestação Continuada no Brasil. Nele abarcaremos também algumas considerações sobre o Programa BPC na Escola e assim perpassaremos pelo público prioritário do programa: crianças e adolescentes. O terceiro capítulo versa sobre os entes envolvidos no Programa. Contemplaremos os passos da implantação do Programa no Estado de Santa Catarina. O quarto capítulo trata da problematização do objeto de pesquisa, ou seja, uma análise da articulação das políticas de Assistência Social e Educação na garantia do direito à escola da criança e adolescente com deficiência beneficiários do BPC no município de Palhoça, inseridos no Programa BPC na Escola. E, por fim, no capítulo 5, algumas considerações finais, em que suscitamos alguns indicativos e reflexões sobre o tema.

2 AS POLÍTICAS SOCIAIS E A CONSTITUIÇÃO DE UM BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NO BRASIL

O caráter tardio das transformações no campo do desenvolvimento de um sistema de proteção social, quando comparado a outros países capitalistas centrais, é resultante das particularidades históricas próprias de país de periferia do mundo capitalista, como é o caso do Brasil (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Consequentemente, o acesso a bens e serviços sociais tornou-se desigual, fragmentado e heterogêneo (YAZBEK, 2013).

O Sistema de Proteção Social no Brasil se intensifica a partir da emergência do processo de industrialização em meados de 1930, caracterizado pelas grandes transformações, sendo uma delas a incorporação nas fábricas de alguns mecanismos na esfera da reprodução social, como a criação de vilas operárias (YAZBEK, 2013). Concomitantemente a essas transformações, está a transformação socioeconômica consequente da passagem do “modelo de desenvolvimento econômico agroexportador para o modelo urbano-industrial, quando também ocorre o reordenamento do Estado Nacional” (SILVA, M. O., 1997, p. 105). Outro marco importante na construção do Sistema de Proteção Social foi a aprovação da Lei Eloi Chaves, em 1923, considerada um avanço no que tange ao sistema protetivo na esfera pública, com as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) (YAZBEK, 2013). Ainda nessa década, foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) na lógica do seguro social.

É nesse processo de industrialização crescente e suas inúmeras transformações que a questão social se inscreve no pensamento dominante como legítima, expressando o processo de “formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 77). Nessa perspectiva de enfrentamento da “questão social³”, nascem e se desenvolvem as políticas sociais no Brasil (YAZBEK, 1995).

A política social tem sua constituição na relação capital-trabalho, “na correlação das forças sociais que a política social se estabelece e se modifica, a partir das transformações das relações de apropriação econômica, como também do exercício da dominação política” (SPOSATI, 2004, p. 33).

³ A *questão social* “não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 83-84).

Para tanto, cabe destacar entre as concepções de política social o conceito trabalhado por Yazbek (2013, p. 4).

[...] modalidade de intervenção do Estado no âmbito do atendimento das necessidades básicas dos cidadãos, respondendo a interesses diversos, ou seja, a Política Social expressa relações, conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural do capitalismo. Interesses que não são neutros ou igualitários e que produzem desigual e contraditoriamente relações sociais, na medida em que o Estado não pode ser autonomizado em relação à sociedade e as políticas sociais são intervenções condicionadas pelo contexto histórico em que emergem (YAZBEK, 2013, p. 4).

Nesse período, a política social no Brasil tinha como base o mercado de trabalho, que era controlado pelo Estado e, consequentemente, uma cidadania regulada, ou seja, somente tinha direito à proteção social os cidadãos que tivessem carteira de trabalho assinada e fossem vinculados a sindicatos reconhecidos pelo governo (Era Vargas — 1937 a 1945). Portanto, é nessa conjuntura que surge um conjunto de iniciativas para a formulação da legislação trabalhista, materializada em 1943 com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), “o Salário Mínimo, a valorização da saúde do trabalhador e outras medidas de cunho social, embora com caráter controlador e paternalista” (YASBEK, 2013, p. 11).

No período de 1945 a 1964, considerado de relativa democratização, a ampliação do sistema de proteção social baseava-se nos padrões já colocados, sendo assim, no campo das políticas sociais públicas, “*seletivo* (no plano dos beneficiários), *heterogêneo* (no plano dos benefícios) e *fragmentado* (no plano institucional e financeiro)” (RAICHELIS, 1998, p. 91).

Nesse contexto, as políticas sociais pós-1964 eram caracterizadas pela subordinação a interesses econômicos e políticos, de matriz conservadora e oligárquica, e suas relações sociais abarcadas pelo favor, compadrio e clientelismo (RAICHELIS, 1998). As políticas sociais assumem o papel de suavizar, por meio de programas sociais, os desequilíbrios no usufruto da riqueza social nas diferentes classes sociais, bem como os prováveis conflitos sociais consequentes das precárias condições de vida das classes subalternas⁴ (YAZBEK, 1995). Sendo assim, a ampliação dos programas e serviços sociais em desenvolvimento nas décadas de 1970 e 1980 passa “a funcionar como compensação à repressão e ao arbítrio” (SILVA, M. O., 1997, p. 106).

A partir de meados de 1970, nota-se a ampliação organizativa da sociedade civil, contemplando movimentos sociais na luta pela redemocratização e a retomada do Estado democrático de direito. É nesse processo que o movimento sindical se fortalece, renascendo as

⁴ Yazbek (2008) expõe que estudos feitos no Brasil demonstram uma heterogeneidade de classe trabalhadora no país, consequente dos diferentes tipos de dominação, conceituada de classe subalterna. Subalterno é um conceito gramsciano que exprime “a ausência de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e de direção” (ALMEIDA *apud* YAZBEK, 2008, p. 18).

organizações populares e associações comunitárias atreladas a setores progressistas da Igreja Católica. Na esteira desse processo, é convocada a Assembleia Nacional Constituinte,⁵ que centralizou esforços na direção de expandir a intervenção social do Estado, garantindo e instituindo mecanismos de viabilização de direitos civis, políticos e sociais, culminando na aprovação da Constituição Federal de 1988. Ainda no período de formulação do texto constitucional por iniciativas dos movimentos sociais, foram apresentadas Emendas Populares e, dentre elas, estava a instituição do Benefício de Prestação Continuada (BPC),⁶ a única diretamente incorporada no texto final da Constituição.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) (BRASIL, 2013a), compreendida como um grande avanço no âmbito das garantias de direitos e conhecida como “Constituição Cidadã”, instituiu o Estado democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. É nessa perspectiva que a Assistência Social é reconhecida como direito e consolida um novo conceito de Seguridade Social para além do sistema contributivo, ou seja, a política de proteção social não tem como requisito a contribuição para seu acesso.

A ampliação de direitos sociais preconizada pela Constituição passa a ser intensamente estremecida na década de 1990, em consequência do aprofundamento do projeto neoliberal no país. Ao encontro desses acontecimentos, se configurou um novo perfil para a questão social brasileira — em particular pela vulnerabilização do trabalho; o desmonte do sistema público de proteção social, diferenciado pela perspectiva de retratação dos investimentos públicos no campo social; seu reordenamento e pelo aumento da subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia, com restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora (YAZBEK, 2008).

É a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que a Assistência Social é inscrita no campo da seguridade, que por sua vez “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativas dos Poderes Públicos e da Sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 2013a, p. 42).

A assistência social é reconhecida como uma política pública com *status* legal e político pautado na cidadania e na garantia de direitos sociais que foram negados historicamente a grande parte da população brasileira. Para Boschetti (2006), “falar de assistência social no

⁵ Convocada pela Emenda Constitucional nº 26, de 1985, e instalada no dia 1º de fevereiro de 1987.

⁶ Fruto da Emenda Popular, nº PE00077-6, apresentada pela Associação Canoense de Deficientes Físicos da Escola Especial de Canoas (RS) e pela Liga Feminina de Combate ao Câncer, com 48.877 assinaturas, propunha o pagamento de um salário mínimo mensal às pessoas com deficiência que não tivessem meios de se manter.

Brasil antes da Constituição Federal de 1988 significa discorrer sobre uma ação residual no que tange a recursos, fragmentada em termos de programas e ações e incerta quanto aos objetivos e à ‘clientela’”.

Com a Constituição de 1988, a assistência social é declarada como direito social, campo da responsabilidade pública, da garantia e da certeza da provisão. É anunciada como direito sem contrapartida, para atender a necessidades sociais, as quais têm primazia sobre a rentabilidade econômica. Para tanto, é definida como política de seguridade, estabelecendo objetivos, diretrizes, financiamento, organização da gestão, a ser composta por um conjunto de direitos (GOMES, 2004, p.193).

Diante desse contexto, Freitas, Souza e Martins (2013) ressaltam que, a partir das demandas por um benefício desvinculado de contribuições anteriores, respaldado na noção de direito e tendo como público pessoas com deficiência e a população idosa, o BPC foi inserido na CF/88.

A garantia desse benefício fica instituída no artigo 203, inciso V da referida Constituição:

Garantia de um salário mínimo de benefício mensal a pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a Lei (BRASIL, 2013a).

Nessa perspectiva, foi promulgada a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)⁷, que em seu artigo I, estabelece que

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Para a concessão do Benefício, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, impedimentos que, em interação com diversas barreiras, podem interromper sua participação plena e efetiva na sociedade, em igual condição, sendo o critério para sua concessão renda *per capita* por família inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo (BRASIL, 1993). Segundo Gomes (2004), o BPC é

O repasse de um salário mínimo mensal, dirigido às pessoas idosas e às portadoras de deficiência que não tenham condições de sobrevivência e que atendam a determinados limites de idade e situação de deficiência, tendo como princípio central de elegibilidade a incapacidade para o trabalho. Foi previsto na Constituição Brasileira de 1988, nas disposições relativas à seguridade social, compondo o conjunto de direitos e objetivos da assistência social, a qual figura pela primeira vez com o estatuto de direito do cidadão que dela necessitar e dever do Estado. Posteriormente, em 1993,

⁷ Alterada pela Lei 12.435 de 06/07/2011.

foi regulamentada, no âmbito da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Sendo implementado, a partir de 1996, sob a responsabilidade do governo federal, por intermédio do Ministério da Previdência e Assistência Social (GOMES, 2004, p. 192).

Ainda nesse processo de regulamentação, em 8 de dezembro de 1994, foi editado o Decreto nº 1.330 dispondo sobre a concessão do benefício, porém não teve eficácia, pois deixou lacunas referentes à sua implementação e também não estabeleceu prazos para o início de sua operação. Somente foi regulamentado pelo Decreto nº 1.744 de 8 de dezembro de 1995, e apenas em primeiro de janeiro de 1996 começou a ser implantado (BARBOSA; SILVA, 2003).

Sposati (2004) assegura que o BPC é o primogênito dentre os mínimos sociais, não sendo ligado à relação de trabalho. Sua antecessora e já extinta Renda Mensal Vitalícia (RMV)⁸ apresentava cunho contributivo, a ela tinham direito pessoas acima de setenta anos de idade ou inválidos sem trabalho remunerado.

Com a regulamentação do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007⁹, em substituição ao Decreto nº 1.744/1995, que estava vigente até então, o BPC fica caracterizado como provisão da proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)¹⁰. Posteriormente, o Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, também alterou as regulamentações do BPC por meio do Decreto nº 7.617 de 17 de novembro de 2011 e,¹¹ dentre as novas alterações:

[...] três podem ser vistas como as mais significativas, quais sejam: a) a explicitação da possibilidade de nova concessão do BPC após cessação, em razão do ingresso no mercado de trabalho; b) reconceituação de incapacidade, que passou adotar uma abordagem biopsicossocial da deficiência, levando em conta fatores contextuais; c) a instituição de modelo de Avaliação da Deficiência com base na Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde (CIF), da Organização Mundial da Saúde (OMS), levando em conta as barreiras sociais na obstrução da participação plena e efetiva na sociedade, e não mais apenas os aspectos físicos ou biológicos (FREITAS; SOUZA; MARTINS, 2013, p.147).

⁸ A renda mensal vitalícia, um benefício em extinção, foi concedido até 31 de dezembro de 1995. Atualmente é mantido apenas para aqueles que já eram beneficiários, com base no pressuposto do direito adquirido. A partir da Lei Orçamentária Anual de 2004, os recursos para seu pagamento e despesas operacionais foram colocados no orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social.

⁹ A primeira alteração do decreto nº 6.214/2007 foi introduzida pelo decreto nº 6.564, de 12 de setembro de 2008, com vistas a, dentre outras coisas, prorrogar o prazo para a implantação do modelo de avaliação da deficiência prevista no regulamento.

¹⁰ Conforme informação disponível no site MDS, “O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal” (BRASIL, s/d-b).

¹¹ Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 (BRASIL, 2007a).

Ainda no âmbito do SUAS, o MDS lança o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda (BRASIL, 2009a), onde

[...] estabelece procedimentos necessários para garantir a oferta prioritária de serviços socioassistenciais para famílias do Programa Bolsa Família, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e do Benefício de Prestação Continuada, especialmente das que apresentam mais vulnerabilidade (BRASIL, 2009a, p. 4).

O Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda, Subseção II, Art. 12, 13 e 14, define as competências da União, Estado, municípios e Distrito Federal, referentes ao BPC e Benefícios Eventuais. Para fins da pesquisa, cabe colocar:

Compete à União: I - Instituir as diretrizes e parâmetros para o atendimento a beneficiários do BPC nos serviços da PSB e PSE; II - Buscar articulação em âmbito nacional com órgãos responsáveis por outras políticas que atendam beneficiários do BPC; III - Disponibilizar ao gestor municipal e do Distrito Federal, mensalmente, a relação dos beneficiários do BPC, destacando as informações constantes no item 3 do Anexo I; IV - Disponibilizar aos gestores dos estados, do Distrito Federal e municípios instrumentos e sistemas, visando à operacionalização e monitoramento das ações referentes ao Programa BPC na Escola; V - Disponibilizar ao gestor municipal e do Distrito Federal a relação de crianças e adolescentes beneficiários do BPC com idades entre 0 e 18 anos, matriculadas e não matriculadas no sistema regular de ensino, destacando as informações constantes no item 4 do Anexo I; VI - Apoiar os Municípios e o Distrito Federal na implementação do Programa BPC na Escola e na definição de estratégias para garantir o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC. Compete ao Estado:

I - Monitorar o quantitativo de famílias de beneficiários do BPC atendidas pela rede socioassistencial no âmbito do seu território, bem como estabelecer em conjunto com municípios estratégias para expandir e potencializar esse atendimento, observando, no que couber, as diretrizes do Programa Nacional de Monitoramento e Avaliação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social; II - Apoiar os Municípios na implementação do Programa BPC na Escola e na oferta de ações que visem à garantia do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; III - Desenvolver ações complementares ao Programa BPC na Escola no âmbito de sua competência; Compete ao Município e ao Distrito Federal: I - Analisar e sistematizar as informações recebidas da União, considerando o local de moradia das famílias com beneficiário(s) do BPC; II - Disponibilizar aos CRAS as seguintes listagens dos beneficiários do BPC para seu atendimento e de suas famílias: i. beneficiário do BPC residente em seu território de abrangência; ii. beneficiário do BPC que seja criança com até seis anos de idade; iii. beneficiário do BPC seja criança, adolescente e jovem de até 18 anos sem acesso à escola; III - Elaborar estratégias, em consonância, principalmente, com a Política de Educação, Saúde, Direitos Humanos, Transporte, para garantir o acesso e permanência na escola das crianças e adolescentes beneficiários do BPC; IV - Identificar e encaminhar para o CRAS e para o CREAS informações sobre beneficiários do BPC que estão em serviços de acolhimento da rede socioassistencial do âmbito municipal e estadual, cuja família resida em seus territórios de abrangência; V - Identificar no seu território de atuação a existência de idosos e pessoas com deficiência, potenciais beneficiários do BPC para garantia do acesso; VI - Buscar articulação com as unidades de atendimento do INSS locais ou mais próximas visando maior qualidade na operacionalização do BPC (BRASIL, 2009a).

Nesse caminhar, busca-se avançar cada vez mais para garantir os direitos que circundam os beneficiários do BPC. Esse contexto, que promove o acesso do beneficiário do

BPC aos serviços socioassistenciais e às demais políticas públicas, levou à instituição de programas com ações estratégicas intersetoriais. Dentre eles, destacam-se o Programa BPC na Escola e o Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho (Programa BPC Trabalho).¹² O primeiro tem como finalidade promover a qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência que estejam na faixa etária preferencialmente até 18 anos, beneficiárias do BPC, buscando o acesso e permanência na escola. Já o segundo tem como principal objetivo promover a convivência familiar e comunitária, além de ofertar oportunidades de acesso a programas de aprendizagem e qualificação profissional aos beneficiários do BPC.

Outro avanço ocorreu por meio do Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011, que lançou o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência — Viver Sem Limites, sendo o Programa BPC na Escola e o Programa BPC Trabalho constituintes desse Plano.

O Plano Viver Sem Limites é um conjunto de políticas públicas articuladas que se estruturam em quatro eixos: acesso à educação; inclusão social; atenção à saúde e acessibilidade, sendo ações interdependentes e articuladas, construindo assim redes de serviços e políticas públicas capazes de assegurar uma conjuntura de garantia de direitos para as pessoas com deficiência considerando suas múltiplas necessidades nos diferentes momentos de sua vida.

No próximo item, abarcaremos algumas considerações sobre o Programa BPC na Escola, como já relatado aqui, instituído com o intuito de desenvolver ações estratégicas intersetoriais para garantir os direitos que circundam os beneficiários do BPC.

2.1 O Programa BPC na Escola: algumas considerações

O Programa BPC na Escola foi instituído pela Portaria Interministerial MDS/MEC/MS/SEDH nº 18 de 24 de abril de 2007 e tem como principal objetivo promover a qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência com prioridade¹³ para aquelas na faixa etária de zero a dezoito anos, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada, buscando o acesso e permanência na escola.

O Programa BPC na Escola é norteado por quatro eixos principais:

(1) identificar entre os beneficiários do BPC de até 18 anos aqueles que estão na Escola e aqueles que estão fora da Escola; (2) identificar as principais barreiras para

¹² Por meio da Resolução CIT - nº 7, de 10 de setembro de 2009 (BRASIL, 2009a).

¹³ Termo utilizado conforme a Portaria que institui o Programa BPC na Escola (BRASIL, 2007b).

o acesso e permanência na Escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; (3) realizar estudos e desenvolver estratégias conjuntas para superação destas barreiras; e (4) realizar acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao Programa (BRASIL, 2007b, p. 3).

O Programa envolve os três entes federados: Federal, Estadual e Municipal. Para fins desta pesquisa, cabe aqui colocar os órgãos que cada um engloba e os Grupos Gestores que formam cada esfera: Federal, Ministério da Educação (MEC), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Saúde (MS) e Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República SDH/PR. Esses entes compõem o Grupo Gestor Interministerial (GGI),¹⁴ em sendo âmbito Estadual: Secretaria de Estado da Educação (SED/SC), Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC), Secretaria de Estado da Saúde (SES/SC) e Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE),¹⁵ que compõem o Grupo Gestor Estadual (GGE). No Municipal, participam a Secretaria Municipal de Educação (SME), Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e Secretaria Municipal de Saúde (SMS) compondo o Grupo Gestor Municipal (GGM).¹⁶ Portanto, cabe ressaltar as atribuições do MEC e do MDS, conforme Documento Orientador BPC na Escola (BRASIL, 2009a).

Compete ao MEC por meio da Secretaria de Educação Especial (SEESP):

a) garantir o direito constitucional à escolarização e ao atendimento educacional especializado, realizado na escola comum do ensino regular, aos alunos com deficiência beneficiários do BPC; b) consolidar a proposta de inclusão educacional e social, tendo como pressuposto a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência no contexto da escola comum, contribuindo na construção de uma sociedade que valorize a diversidade e respeite as diferenças; c) promover a articulação da transversalidade da educação especial em todos os níveis, etapas e modalidades da educação; d) realizar o pareamento dos dados do Censo Escolar MEC/INEP com os dados dos beneficiários do BPC; e) apoiar técnica e financeiramente projetos na área de educação especial, tais como: adequação de prédios escolares; formação de professores da educação especial para o atendimento educacional especializado; implantação de salas de recursos multifuncionais; f) divulgar experiências de êxito da inclusão educacional dos beneficiários do BPC, de 0 a 18 anos de idade (BRASIL, 2009a, p. 3).

Compete ao MDS:

a) Disponibilizar, anualmente, a relação das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos de idade para cruzamento dos dados administrativos dos beneficiários com os dados do censo escolar; b) Disponibilizar para os estados, municípios e o Distrito Federal, anualmente, a relação das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos de idade matriculadas e não matriculadas no

¹⁴ Conforme Portaria Interministerial nº 1.066 de 28 de agosto de 2012 que redefine o Grupo Gestor Interministerial do Programa.

¹⁵ A Fundação Catarinense de Educação Especial foi convidada a participar do GGE, pois o Estado não disponibiliza de uma Secretaria Estadual de Direitos Humanos, porém hoje existe a Diretoria de Direitos Humanos, alocada na Secretaria de Estado da Casa Civil.

¹⁶ Se o município tiver uma Secretaria Municipal de Direitos Humanos, e/ou órgão do poder executivo, esta também pode compor o Grupo Gestor Municipal do Programa BPC na Escola.

sistema regular de ensino; c) Disponibilizar a relação dos beneficiários do BPC, na faixa etária de 0 a dezoito anos que tiveram os seus benefícios encerrados; d) Promover a articulação entre os serviços e benefícios socioassistenciais com vistas ao acompanhamento dos beneficiários do BPC, além de incentivar o desenvolvimento de projetos estratégicos de geração de renda, de segurança alimentar e nutricional, de promoção do trabalho e da convivência familiar e comunitária, destinados aos beneficiários do BPC participantes do PROGRAMA BPC NA ESCOLA e suas respectivas famílias; e) Desenvolver programa de formação para profissionais da área de assistência social voltado à inclusão educacional dos beneficiários do BPC, de 0 a 18 anos de idade; f) Coordenar, em 2007, o processo de adesão do Distrito Federal, Estados e Municípios ao Programa; g) Coordenar a elaboração e a realização do pré-teste do Questionário para identificação das barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; h) Desenvolver e gerir o sistema informatizado para a coleta e armazenamento de dados referentes: à adesão ao Programa; constituição dos Grupos Gestores Estaduais, Municipais e do Distrito Federal; e aplicação do Questionário; i) Implementar, no ano de 2008, o recurso referente ao incentivo financeiro para aplicação do Questionário nos Municípios e no Distrito Federal; j) Divulgar experiências de êxito da inclusão educacional dos beneficiários do BPC, de 0 a 18 anos de idade (BRASIL, 2009a, p. 4).

Ao encontro das atribuições relatadas acima, cabe destacar as atribuições assumidas pelos estados e o Distrito Federal:

a) apoiar a capacitação dos agentes envolvidos na gestão e execução do PROGRAMA BPC NA ESCOLA, compreendendo os gestores, técnicos, profissionais das áreas de educação, assistência social, direitos humanos e saúde, entre outras, b) coordenar a capacitação da equipe técnica responsável pela aplicação do Questionário c) disponibilizar material com instruções para aplicação do Questionário d) apresentar demanda de formação dos municípios que aderiram ao Programa BPC na Escola, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR); e) contatar com os municípios do seu estado que aderiram ao Programa BPC na Escola para participação no curso de capacitação; f) elaborar os instrumentos e realizar a avaliação do desenvolvimento do curso de Capacitação do Programa BPC na Escola; g) encaminhar ao Ministério da Educação o relatório final dos Seminários de Capacitação do Programa BPC na Escola (BRASIL, 2009a, p. 5 e 6).

Ainda nesse contexto, as atribuições dos municípios, conforme Documento Orientador

a) participar do Curso de Capacitação do Programa organizado pelos estados; b) Aplicar o Questionário de Identificação das Barreiras¹⁷ em todas as famílias do seu município que tiverem identificadas pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, entre 0 a 18 anos, que estão fora da escola; c) desenvolver ações que promovam a eliminação das barreiras para o acesso dos alunos com deficiência beneficiários do BPC, à escola (BRASIL, 2009a, p. 6).

No Brasil, segundo dados obtidos do Cadastro Administrativo do BPC (DATAPREV/MPS, 2007) e do Censo Escolar (INEP/MEC, 2006), constatou-se que de

¹⁷ O questionário tem como objetivo identificar as barreiras de acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, com o propósito de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas para a superação dessas barreiras.

340.536 beneficiários do BPC de 0 a 18 anos, apenas 100.574 (29,5%) encontravam-se matriculados na escola e 239.962 (70,5%) não tinham registro no sistema regular de ensino.

Em 2008, os 26 Estados, o Distrito Federal e 2.622 Municípios, incluindo as capitais, realizaram o processo de adesão ao Programa, no período de abril a junho. A adesão dos Municípios ao Programa trouxe a possibilidade de trabalhar com mais de 232.000 crianças e adolescentes com deficiência, beneficiários do BPC, alcançando cerca de 70% do número de beneficiários na faixa etária de 0 a 18 anos, inseridos ou não inseridos na escola (BRASIL, 2011a, p. 3).

Portanto, o Programa BPC na Escola tem como estratégias operacionais formar o Grupo Gestor nos estados e municípios; capacitar as equipes estaduais e municipais mediante recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para aplicação dos questionários e fomentar ações intersetoriais (educação, saúde, assistência social, direitos humanos, etc.) para superação das barreiras a serem enfrentadas.

Para aderir ao Programa BPC na Escola, os prefeitos precisaram realizar o preenchimento eletrônico do Termo de Adesão,¹⁸ no Sistema BPC na Escola (YOSHIDA, 2013).

Após a adesão¹⁹ ao Programa, os entes envolvidos informaram a composição do Grupo Gestor do Programa e os responsáveis por sua gestão em seu âmbito de abrangência, enfatizando o seu Coordenador e designando o Coordenador da Equipe Técnica responsável pela aplicação do Questionário para Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC.²⁰

Simultaneamente ao termo de adesão, foram realizados encontros estaduais por todo o país, iniciando em outubro de 2008 e finalizando em outubro de 2009. Esse processo de formação envolveu 3.205 técnicos, representantes de 2.294 Municípios (BRASIL, 2011a).

Com a conclusão do momento de formação dos grupos gestores, os municípios e o Distrito Federal, por meio de seus técnicos,²¹ iniciaram as visitas domiciliares aos beneficiários,

¹⁸ Conforme anexo IV, Portaria Interministerial nº 1.205, de 8 de setembro de 2011 (BRASIL, 2011b).

¹⁹ Portaria Interministerial nº 1.205, de 8 de setembro de 2011, que estabelece os novos procedimentos e aprova os instrumentos para a adesão a partir de 2011 ao Programa BPC na Escola.

²⁰ No mês de julho 2008, foi realizado um pré-teste com o objetivo de testar o questionário e a metodologia de aplicação em quatro municípios brasileiros e no Distrito Federal: Igarassu (PE), Marechal Deodoro/ (AL), José de Freitas (PI) e Fazenda Grande (PR). Em 2009 começaram a aplicação do questionário com os beneficiários e inserção no Sistema BPC na Escola dos dados coletados. O questionário foi aplicado, conforme Portaria Interministerial nº 1.205, de 08 de setembro de 2011, e teve como universo os beneficiários do BPC de 0 a 18 anos de idade que frequentam ou não a escola contemplada (Distrito Federal e todos os municípios que fizeram a adesão ao Programa. Em 2012 foi reimpresso o Manual de Aplicação do Questionário para Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC Programa BPC na Escola.

²¹ Fica a cargo do município instituir a equipe técnica, conforme anexo IV, cláusula terceira, inciso IX da Portaria Interministerial nº 1.205, de 8 de setembro de 2011, que estabelece os novos procedimentos e aprova os instrumentos para a adesão a partir de 2011 ao Programa BPC na Escola, não especificando quem deve compor a equipe, mas, conforme parágrafo X, deve assegurar capacitação para essa equipe antes de aplicar o questionário.

utilizando o Questionário de Identificação das Barreiras de Acesso e Permanência na rede regular de ensino. No período de dezembro de 2008 a maio de 2010, 2.523 municípios de 26 Estados e o Distrito Federal cadastraram no Sistema BPC na Escola²² mais de 219 mil questionários aplicados junto aos beneficiários do BPC. Após essas visitas e aplicação do questionário, foram inseridos no sistema mais de 93% de questionários correspondentes ao universo de beneficiários do Programa (232.000) (BRASIL, 2011a).

Com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelos questionários e discutir estratégias de superação das barreiras de acesso à escola para o público do Programa BPC na Escola, foi realizado o Encontro de Gestores do Programa BPC na Escola: Avaliação de Resultados e Propostas de Ações Intersetoriais nos dias 29 e 30 de junho de 2010, em Brasília (DF). Outra atividade desenvolvida no mesmo ano foi, por solicitação do MDS, um relato de experiências locais encaminhadas pelos municípios expondo como estava sendo a implantação do Programa BPC na Escola. Essa atividade possibilitou o lançamento, em dezembro de 2010, do Catálogo de Experiências Municipais do Programa BPC na Escola, relativo às experiências de 20 municípios de distintos portes e de diferentes regiões do país. Essas experiências decorreram da articulação intergovernamental das políticas de assistência social, saúde, educação e de direitos humanos no âmbito dos municípios (BRASIL, 2011a).

Portanto, no ano de 2010, com a intenção de garantir o acesso e promover a participação e aprendizagem dos beneficiários com deficiência do BPC, o Ministério da Educação disponibilizou no âmbito do Programa Escola Acessível²³ recursos financeiros designados à adequação dos prédios escolares para acessibilidade, contemplando 4.197 estabelecimentos de ensino, com matrículas de beneficiários com deficiência, do BPC. Nessa mesma perspectiva, no mesmo ano, 2.778 escolas com matrículas de beneficiários com deficiência ganharam Salas de Recursos Multifuncionais,²⁴ e 469 escolas com matrículas de beneficiários com deficiência foram contempladas pelo Programa de Disponibilização de Notebooks para estudantes cegos.

Nesse contexto, foi feito um novo pareamento de dados no ano de 2010, constatando que, dentre os 435.298 beneficiários do BPC de 0 a 18 anos, foram identificados 229.017 (52,61%) na escola e 206.281 (47,38%) fora da escola. No estado de Santa Catarina,

²² Explicitada no informe técnico nº 01 – instruções operacionais do Sistema BPC na Escola (BRASIL, 2011a).

²³ Disponibiliza recursos financeiros a escolas públicas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola, para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistida.

²⁴ Equipadas com mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade destinados a atender às especificidades educacionais, as salas de Recursos Multifuncionais abrigam o Atendimento Educacional Especializado, sendo uma complementação ou suplementação à escolarização dos estudantes com deficiência.

em 2013 havia 9.563 beneficiários do BPC de 0 a 18 anos, dos quais 83% estão na escola e 16,86% fora dela, conforme dados Sistema BPC na Escola.

No que diz respeito às metas, prazos e procedimentos relativos ao Programa BPC na Escola, o artigo 2º da Resolução Federal nº 4 de 1º de março de 2012 estipula o prazo máximo de junho de 2014 para os estados, Distrito Federal e os municípios formalizarem sua adesão ao Programa BPC na Escola.

Em julho de 2013, o programa BPC na Escola passou a integrar as prioridades no âmbito da gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo como meta 100% de adesão ao programa para o quadriênio 2014–2017,²⁵ ou seja, o prazo estipulado para junho de 2014 foi prorrogado para 2017 (BRASIL, 2014).

Atualmente 46,6 milhões de pessoas declaram possuir algum tipo de deficiência, cerca de 23,91% do total da população brasileira, segundo Censo IBGE 2010 (DEFICIÊNCIA, 2013). Nesse sentido, no contexto de aperfeiçoamento da política de garantia de direitos da pessoa com deficiência, foi lançado o “Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência — Viver sem Limite”, por meio do Decreto Federal nº 7.612 de 17 de novembro de 2011. Esse plano se trata de um conjunto de políticas públicas articuladas que se estruturam em quatro eixos: acesso à educação; inclusão social; atenção à saúde e acessibilidade, sendo ações interdependentes e articuladas, construindo assim redes de serviços e políticas públicas capazes de assegurar uma conjuntura de garantia de direitos para as pessoas com deficiência, considerando suas múltiplas necessidades nos diferentes momentos de sua vida. Dentre essas ações, no que diz respeito ao acesso à educação, está contemplado o Programa BPC na Escola.

O BPC na Escola é um programa de acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência que recebem o BPC, como já mencionado nesse item da pesquisa. A partir do pareamento de dados iniciado em 2007, vem contemplando ações para esse público na busca da identificação e superação das barreiras que impedem o acesso e a permanência dos beneficiários na escola regular.

Nessa perspectiva, as ações são interministeriais e articuladas dentre as políticas participantes do Programa no âmbito da União, estados e municípios. No próximo item, será discutido o papel das políticas de Assistência Social e Educação no contexto do Programa BPC na Escola.

²⁵ Prioridades para gestão municipal do SUAS pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) (Resolução nº 13, 04/07/13) e aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (Resolução nº 18, de 15/07/13).

2.2 O papel das políticas de Assistência Social e Educação no contexto do Programa BPC na Escola

Ao se trabalhar com a perspectiva de ações articuladas entre os entes federados, bem como políticas setoriais envolvidas no Programa BPC na Escola, cabe destacar seu relevante papel na efetivação do referido Programa. Ao tratar de importantes Ministérios envolvidos nesse processo, como o MDS, MEC, MS e SEDH/PR, envolvem assim compromissos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Assim, tais entes abarcam compromissos que ficaram retificados a partir da Portaria Interministerial nº 1.205 de 8 de setembro de 2011, que altera a Portaria Interministerial nº 1 de 12 março de 2008. Destacamos o anexo II, cláusula segunda, da Portaria 1.205 que traz os compromissos assumidos pelos entes envolvidos, respectivamente pelo MEC e MDS:

I - O Ministério da Educação (MEC) assume os seguintes compromissos:

- a) disponibilizar os dados do Censo Escolar MEC/INEP;
- b) apoiar técnica e financeiramente projetos na área de educação especial, tais como: adaptação de prédios escolares; formação de professores da educação especial para o atendimento educacional especializado; implantação de salas de recursos multifuncionais;
- c) promover a seleção de escolas para participação no Programa Saúde na Escola (PSE);
- d) desenvolver programa de formação para profissionais da educação voltado à inclusão educacional dos beneficiários do BPC, de 0 a 18 anos de idade; e
- e) divulgar experiências de êxito da inclusão educacional dos beneficiários do BPC, de 0 a 18 anos de idade.

II - O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) assume os seguintes compromissos:

- a) disponibilizar, anualmente, a relação das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos de idade, matriculadas e não matriculadas no sistema regular de ensino, à secretaria de assistência social, ou congênere, e ao sistema de ensino;
- b) disponibilizar, anualmente, a relação das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos de idade, cujos benefícios tenham sido encerrados, à secretaria de assistência social, ou congênere, e ao sistema de ensino;
- c) promover a articulação entre os serviços e benefícios socioassistenciais com vistas ao acompanhamento dos beneficiários do BPC, além de incentivar o desenvolvimento de projetos estratégicos de geração de renda, de segurança alimentar e nutricional, de promoção do trabalho e da convivência familiar e comunitária, destinados aos beneficiários do BPC participantes do PROGRAMA BPC NA ESCOLA e suas respectivas famílias;
- d) desenvolver programa de formação para profissionais da área de assistência social voltado à inclusão educacional dos beneficiários do BPC, de 0 a 18 anos de idade; e
- e) divulgar experiências de êxito da inclusão educacional dos beneficiários do BPC, de 0 a 18 anos de idade (BRASIL, 2011b).

No sentido de materialização dos compromissos assumidos, o GGI lançou o Documento Orientador BPC na Escola 2011, com as ações previstas para o biênio de 2011/2012, objetivando orientar a elaboração de estratégias operacionais que contribuam para

o fortalecimento da intersetorialidade das políticas públicas que visam superar as barreiras de acesso e permanência na escola dos beneficiários do Programa (BRASIL, 2011a). Para fins desta pesquisa cabe aqui colocar as ações no âmbito da Educação prevista para o MEC:

Implantação de 3.500 salas do Tipo I (mobiliários, equipamentos, materiais didáticos pedagógicos e de acessibilidade) e 500 salas do Tipo II (acrescidas de recursos de acessibilidade específicos para o Atendimento Educacional Especializado de estudantes cegos); - Implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que objetiva a garantia das condições de acessibilidade e oferta de 5% das vagas para pessoas com deficiência, disponibilizadas em cursos técnicos de formação profissional e tecnológica; - Apoio financeiro e pedagógico à Formação Continuada de Gestores Intersetoriais do Programa BPC na Escola, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR/MEC); - Aquisição de 500 ônibus, financiados pelo BNDES (40%) e pelo FNDE (60%), por meio do Programa Caminho da Escola – Transporte Escolar Urbano Acessível (BRASIL, 2011a, p.8).

Ainda nesse contexto, o MEC previa a implantação do Hotsite²⁶ para o segundo semestre de 2011, com objetivo de disponibilizar relatórios gerenciais que permitissem aos estados, municípios, Distrito Federal e demais interessados uma consulta pública aos principais obstáculos elencados por meio do “Questionário para Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC”.

Nessa perspectiva, destacamos a importância da consulta aos resultados da aplicação dos Questionários para os próximos passos do Programa BPC na Escola. Com base nos resultados, devem ser elaboradas ações conjuntas, com responsabilidades e competências compartilhadas pelas diversas áreas das políticas sociais de cada esfera de governo, objetivando à formulação e implementação de políticas públicas de acesso à educação, saúde, trabalho e à convivência familiar e comunitária voltadas aos beneficiários do BPC (BRASIL, 2011a).

Na política de Assistência Social, no âmbito do MDS, em 2010 foi lançado o “Catálogo de Experiências Municipais do Programa BPC na Escola,²⁷” com a finalidade de divulgar e compartilhar propostas inovadoras e bons resultados alcançados pelo Programa. A publicação destaca 20 experiências municipais divididas por região do Brasil.²⁸

Ainda na Assistência Social, conforme Documento Orientador 2011, dentre as ações previstas para o MDS para biênio 2011/2012, cabe destacar a preparação da implantação do Sistema BPC na Escola para promover o processo de adesão 2011, disponibilizado a partir

²⁶ Tradução de Hotsite, conforme Wikipédia: “significa site quente elaborado para o momento voltado para destacar uma ação de comunicação e marketing pontual”. O acesso será realizado por meio do link: <<http://bpcnaescola.mec.gov.br>>, ressaltando que não é necessário ter senha para acessar o Hotsite.

²⁷ O Catálogo está disponível no portal MDS: www.mds.gov.br

²⁸ Região Centro-Oeste: Cuiabá e Nova Mutum (MT) e Goiânia (GO); Região Nordeste: Barro Alto e Lapão (BA), Acopiara e Quiterianópolis (CE), Nina Rodrigues (MA), Pilões (PB), Piripiri (PI) e Frutuoso Gomes (RN); Região Norte: Porto Velho (RO) e Itacajá (TO); Região Sul: Novo Hamburgo (RS); Região Sudeste: Campo Azul (MG), Campos dos Goytacazes e Nova Iguaçu (RJ), Presidente Prudente, Santo André e São Paulo (SP).

de 15 de setembro de 2011, objetivando ampliar a participação dos municípios no Programa, e dos 26 estados, Distrito Federal e 2.622 municípios que já tinham aderido em 2008, devendo também reafirmar os compromissos assumidos.²⁹ Com a implantação do Sistema, o MDS passou a disponibilizar o resultado do pareamento de dados 2010³⁰ com a relação atualizada dos beneficiários do Programa que estão matriculados ou não na escola. Assim está disponível a relação de crianças e adolescentes com deficiência — públicos do Programa — com os seus respectivos endereços para que os municípios e o Distrito Federal apliquem aos novos beneficiários o Questionário que identifica os obstáculos que impedem o acesso e a permanência na escola (BRASIL, 2011a).

Ainda com implantação, do Sistema o MDS disponibilizou o Módulo de Acompanhamento de Beneficiários, possibilitando o registro do atendimento socioassistencial dos beneficiários e suas famílias, pelos técnicos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).³¹

Outra ação contemplada com a implantação do Sistema no mesmo período é o Módulo de Acompanhamento das Ações Intersetoriais, que permitiu ao Grupo Gestor Municipal e ao Grupo Gestor do Distrito Federal registrar as ações intersetoriais implementadas para superação das barreiras do público do Programa no acesso e permanência na escola, favorecendo sua inclusão educacional e social. Essas ações serão registradas e acessadas no Sistema pelos técnicos do CRAS e integrantes do Grupo Gestor Municipal e Grupo Gestor do Distrito Federal (BRASIL, 2011).

No contexto de compromissos assumidos pelos entes envolvidos no Programa, no anexo II da Portaria Interministerial nº 1.205 de 8 de setembro de 2011, em sua cláusula terceira, ficam ratificados os compromissos assumidos pelo Estado:

- I - designar o Grupo Gestor Estadual do Programa, seu coordenador e garantir o apoio necessário para o seu funcionamento;
- II - apoiar a capacitação dos agentes envolvidos na gestão e execução do PROGRAMA BPC NA ESCOLA, nos Municípios no âmbito de seu território, compreendendo os componentes dos grupos gestores locais e estadual, técnicos responsáveis pela aplicação do Questionário para identificação das barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, e outros;
- III - garantir o acesso dos beneficiários do PROGRAMA BPC NA ESCOLA aos serviços de saúde e reabilitação do Sistema Único de Saúde (SUS);

²⁹ Por meio do preenchimento eletrônico do Termo de Adesão, no endereço: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/bpcnaescola>>.

³⁰ Para efetivar o pareamento 2010 foram utilizadas as bases de dados do Cadastro Administrativo do BPC (DATAPREV/MPS, base de 31/12/2009) e do EducaCenso (INEP/MEC, ano base 2009) (BRASIL, 2011a, p.10).

³¹ O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) tem como função a prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e a articulação desses serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social (BRASIL, 2011a, p.11)

- IV - garantir a matrícula dos beneficiários do BPC de 0 a 18 anos de idade, em classes comuns do ensino regular, em sua rede de ensino, com prioridade para as localizadas próximas da residência do aluno;
- V - garantir a oferta do Atendimento Educacional Especializado no turno inverso da escolarização;
- VI - apoiar os Municípios com ações complementares para garantir o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; e
- VII - desenvolver ações complementares ao desenvolvimento do PROGRAMA BPC NA ESCOLA no âmbito do seu território (BRASIL, 2011b).

No que tange aos compromissos assumidos perante a adesão dos municípios ao Programa BPC na Escola, no anexo IV, cláusula terceira da mesma portaria, ficam como compromisso assumido pelos municípios:

- I - designar o Grupo Gestor Local do Programa, seu coordenador e garantir o apoio necessário para o seu funcionamento;
 - II - designar o Coordenador da Equipe Técnica responsável pela aplicação do Questionário para a identificação das barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC e garantir o apoio necessário para o funcionamento desta Equipe;
 - III - gerir e coordenar o PROGRAMA BPC NA ESCOLA no MUNICÍPIO;
 - IV - realizar a articulação com o Governo Federal com vistas à viabilização dos objetivos do PROGRAMA BPC NA ESCOLA no âmbito do MUNICÍPIO;
 - V - informar ao Governo Federal, por meio eletrônico, sobre os dados resultantes da aplicação do Questionário;
 - VI - informar ao governo federal a relação dos beneficiários do BPC que não foram localizados para aplicação do Questionário, com as devidas justificativas;
 - VII - registrar e informar ao Governo Federal, por meio eletrônico, as informações sobre as ações desenvolvidas pelo MUNICÍPIO referentes ao PROGRAMA BPC NA ESCOLA;
 - VIII - instituir equipe multiprofissional das áreas de educação, assistência social, direitos humanos e saúde para o desenvolvimento das ações relacionadas ao PROGRAMA BPC NA ESCOLA na esfera do MUNICÍPIO, em consonância com o disposto na Portaria Normativa Interministerial nº 18/2007;
 - IX - instituir a Equipe Técnica responsável pela aplicação do Questionário;
 - X - assegurar a participação da Equipe Técnica responsável pela aplicação do Questionário na capacitação específica com vistas à sua aplicação;
 - XI - conhecer as normas, o material informativo e orientar os participantes da Equipe Técnica para a aplicação do Questionário;
 - XII - assegurar a aplicação anual do Questionário;
 - XIII - ofertar serviços socioassistenciais aos beneficiários do BPC e às suas respectivas famílias, pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e, na ausência destes, pela Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congênere;
 - XIV - garantir a integralidade na atenção à saúde das pessoas com deficiência, com acolhimento e atenção às necessidades de saúde na Atenção Básica, acesso aos serviços de saúde e reabilitação do Sistema Único de Saúde (SUS);
 - XV - garantir a matrícula dos beneficiários do BPC, de 0 a 18 anos de idade, em classes comuns do ensino regular, com prioridade para as localizadas próximas da residência do aluno;
 - XVI - garantir a oferta do Atendimento Educacional Especializado no turno inverso da escolarização; e
 - XVII - desenvolver ações complementares ao desenvolvimento do PROGRAMA BPC NA ESCOLA no âmbito do seu território.
- § 1º As atividades descritas nos incisos III a VIII são realizadas pelo MUNICÍPIO, por meio do Grupo Gestor Local.
- § 2º As atividades descritas nos incisos IX a XI são realizadas pelo MUNICÍPIO, por meio do Coordenador da Equipe Técnica para aplicação do Questionário.

§ 3º As atividades descritas nos incisos não especificados nos §§ 1º e 2º, são de responsabilidade do Prefeito do Município ou de quem for por ele designado (BRASIL, 2011b).

O Programa BPC na Escola orienta sobre o papel de cada política participante por meio de informes técnicos, termo de adesão/renovação, manuais do Programa e portarias interministeriais.

A CF/88, consolida a educação como um direito, trazendo nos artigos 205 e 206, a “educação como um direito de todos e dever do Estado e da família” e, em relação aos princípios, que o ensino deve seguir, dentre outras recomendações, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Ainda nesse contexto de garantia de direitos, é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 2012a). É neste sentido que, fundamentado no paradigma de inclusão, direitos humanos e articulação entre direitos à igualdade e à diferença, surge um novo caminho para a transformação dos Sistemas Educacionais em Sistemas Educacionais Inclusivos (BRASIL, 2010b).

Nessa lógica, está o Programa BPC na Escola, que vem para propor políticas públicas que planejem e executem ações nas diversas áreas de educação, assistência social, saúde e direitos humanos — políticas que compõem o Programa (YOSHIDA, 2013).

De acordo com o que foi exposto acima, conforme Documento Orientador BPC na Escola, 2011, a intersetorialidade promovida pelas ações das diversas áreas envolvidas tornou-se indispensável à efetivação da garantia do direito de as crianças e adolescentes estarem na escola, em particular, de conviverem com todos de sua comunidade, de aprenderem, de desenvolverem suas capacidades e de construírem sua identidade no respeito à diferença.

Conforme Pereira (2011), o termo intersetorialidade é munido de diversos significados e possibilidades de aplicação prática, ultimamente despertando progressivo interesse intelectual e político. No âmbito da política social, respalda-se no reconhecimento de que a relação entre seus “setores” implica mudanças substanciais na sua gestão e impactos, bem como ampliação da democracia e da cidadania. A intersetorialidade tem sido considerada uma nova lógica de gestão transcendendo um único “setor” da política social.

No item seguinte, cabem algumas considerações sobre o público prioritário do programa: criança e adolescentes.

2.3 Crianças e adolescentes sujeitos de direitos: algumas considerações

A concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos e a intervenção do Estado por meio de políticas públicas nessa perspectiva foram gradativamente incorporadas à conjuntura brasileira. Desse modo, cabe um resgate histórico de como tal noção foi incorporada no debate e percurso de construção de políticas públicas voltadas a esse público.

Do século XVIII até meados do século XIX, prevaleceu no Brasil a fase caritativa, no que diz respeito à infância, isso se vislumbrou no sentimento de zelar pelas crianças pobres (LIMA, 2011). De certa forma, “se materializava no ato de recolher crianças órfãs e expostas” (RIZZINI, 1997, p. 181), sendo o modelo assistencial responsável pelo recolhimento dessas crianças a Roda dos Expostos,³² instituição que se espalhou por vários países por meio das Santas Casas de Misericórdia (LIMA, 2011).

Na transição do século XIX para o século XX, apresentaram-se significativas mudanças. A crescente industrialização, consequência do novo modelo de produção econômica capitalista, refletiu em transformações expressivas na sociedade brasileira, dentre elas, a abertura de novos mercados por meio da produção do lucro, enfraquecendo assim a intervenção estatal no que diz respeito a assuntos econômicos, contribuindo para o baixo investimento do Estado em políticas sociais. É nessa perspectiva que, referentemente ao público crianças e adolescentes, o Estado pouco colaborou para melhorar a sua condição de vida (LIMA, 2011).

Em 1941 foi criado o Serviço de Assistência a Menores (SAM) pelo Decreto nº 3.779 de 5 de novembro de 1941, o qual tinha como finalidade, conforme seu artigo 2º (BRASIL, 1941):

- a) sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares;
- b) proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinquentes;
- c) abrigar os menores, à disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal;
- d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, afim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento;
- e) estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos;
- f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas (BRASIL, 1941).

³² A roda dos expostos destinava-se à proteção de crianças abandonadas nascidas na ilegalidade. O sistema de rodas foi implantado junto aos muros das Santas Casas de Misericórdia, onde também funcionavam os hospitais de caridade. Elas eram parecidas com janelas que davam para a rua e giravam em eixo perpendicular, sendo divididas em quatro setores por compartimento triangular: um deles abria para a rua, onde eram depositadas as crianças. No Brasil, a primeira Roda foi instalada junto ao Hospital Geral de Todos os Santos, em Salvador (BA), em 1726; a segunda, no Rio de Janeiro (RJ), em 1738; e a terceira em Recife (PE), em 1789 (MARCÍLIO, 1997 *apud* CARVALHO, 2000, p. 185).

O SAM continuou a definir o problema do abandono e delinquência infantil sob a ótica da internação, colocando métodos pedagógicos muito repressivos que tinham como objetivo apenas transformar o “menor”³³ no adulto disciplinado e trabalhador (LIMA, 2011).

Por volta de 1964, o SAM “a partir de críticas tanto de setores da Sociedade Civil, como do próprio Estado, foi extinto” (CARVALHO, 2000, p. 186). Por esse motivo, na perspectiva de um novo modelo jurídico-assistencial, foi aprovada a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), a partir da Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964, fazendo com que o Poder Executivo criasse a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), propondo mudar a lógica repressiva do SAM para uma perspectiva educacional (LIMA, 2011). Cabe aqui registrar o que diz (LIMA, 2011, p. 53):

[...] os próprios documentos oficiais do governo à época, que tiveram a finalidade de explicar para a sociedade do que tratava a Política Nacional do Bem-Estar do Menor afirmam que essa nova Política pensada para resolver os “problemas dos menores” estava em consonância com a Declaração dos Direitos da Criança de 1959 (LIMA, 2011, p.53).³⁴

Nessa nova proposta educacional, que culmina na doutrina de Proteção Integral e sujeitos de direitos, “diversos instrumentos normativos internacionais são representativos da luta por melhores condições de vida e proteção aos direitos da população infantil” (LIMA, 2011, p. 58).

Dentro dessa perspectiva, cabe citar como instrumentos importantes: a Declaração de Genebra de 1924 — a primeira normativa internacional a garantir direitos e proteção especial a crianças e adolescentes —; posteriormente, as Assembleias Gerais da Organização das Nações Unidas (ONU), que aprovaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 e a Declaração Universal dos Direitos da Criança em 1959. O Brasil, signatário dessas Declarações, dentre os princípios basilares da Declaração de 1959, destaca que

[...] a criança gozará proteção social e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na instituição das leis visando este objetivo levar-se-ão em conta, sobretudo, os melhores interesses da criança; [...] às crianças incapacitadas física, mental ou socialmente serão proporcionados o tratamento, a educação e os cuidados especiais exigidos pela sua condição peculiar; [...] a criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade (BRASIL, 2012a, p.181-182).

³³ Termo utilizado com a finalidade negativa e depreciativa, associado à delinquência ou ato infracional.

³⁴ Declaração Universal dos Direitos da Criança – adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, de 20 de novembro de 1959 e ratificada no Brasil pelo artigo 84, inciso XXI da Constituição Federal.

Ainda em âmbito internacional, podemos citar outro instrumento normativo que impulsionou a luta a favor de direitos à infância: a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 99.710 em 21 de novembro de 1990 (BRASIL, 1990). Dentre os artigos componentes dessa Convenção, cita-se o artigo 23, referente à criança com deficiência:

1. Os Estados Partes reconhecem que a criança portadora de deficiências físicas ou mentais deverá desfrutar de uma vida plena e decente em condições que garantam sua dignidade, favoreçam sua autonomia e facilitem sua participação ativa na comunidade.
2. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança deficiente de receber cuidados especiais e, de acordo com os recursos disponíveis e sempre que a criança ou seus responsáveis reúnam as condições requeridas, estimularão e assegurarão a prestação da assistência solicitada, que seja adequada ao estado da criança e às circunstâncias de seus pais ou das pessoas encarregadas de seus cuidados.
3. Atendendo às necessidades especiais da criança deficiente, a assistência prestada, conforme disposto no parágrafo 2 do presente artigo, será gratuita sempre que possível, levando-se em consideração a situação econômica dos pais ou das pessoas que cuidem da criança, e visará a assegurar à criança deficiente o acesso efetivo à educação, à capacitação, aos serviços de saúde, aos serviços de reabilitação, à preparação para o emprego e às oportunidades de lazer, de maneira que a criança atinja a mais completa integração social possível e o maior desenvolvimento individual factível, inclusive seu desenvolvimento cultural e espiritual.
4. Os Estados Partes promoverão, com espírito de cooperação internacional, um intercâmbio adequado de informações nos campos da assistência médica preventiva e do tratamento médico, psicológico e funcional das crianças deficientes, inclusive a divulgação de informações a respeito dos métodos de reabilitação e dos serviços de ensino e formação profissional, bem como o acesso a essa informação, a fim de que os Estados Partes possam aprimorar sua capacidade e seus conhecimentos e ampliar sua experiência nesses campos. Nesse sentido, serão levadas especialmente em conta as necessidades dos países em desenvolvimento (BRASIL, 1990).

Essa Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança é considerada o instrumento legal mais representativo das conquistas e direitos praticados em favor da infância e adolescência (LIMA, 2011).

No que tange à conjuntura nacional³⁵ dos anos de 1980, o clima era de efervescência, pois sucedia o processo de transição político-democrática. Nessa época, a política brasileira tinha como marco a Nova República, que projetava o exercício da democracia, da cidadania e da regulamentação do Estado de Direito. Nesse contexto, no campo da infância, aconteceu uma grande mobilização nacional, repercutida internacionalmente, que apontava a defesa dos direitos de crianças e adolescentes e buscava a alteração no Código de

³⁵ Nesse período, o país estava em processo de transição de um Estado Ditatorial para um Estado Democrático de Direitos, culminando, dentre outras coisas, no novo sindicalismo, movimento das “Diretas já”, movimento pela anistia, lutas pelos direitos trabalhistas, sociais, políticos e civis (SILVA, M. L., 2005).

Menores,³⁶ entendimento social e práticas judiciais e sociais nos órgãos do Estado que estavam envolvidos na implementação de políticas nesse contexto (SILVA, M. L., 2005). Concomitantemente à promulgação do Código de Menores de 1979, celebrava-se

[...] o Ano Internacional da Criança, fruto de uma mobilização mundial que exigia atenção especial aos direitos das crianças e adolescentes. No entanto, esses direitos não estavam contemplados na legislação que acabara de nascer. O “novo” Código, lançado em um momento de contestação política e respaldado na Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), representava os ideais dos militares que estavam em crise (SILVA, M. L., 2005, p. 32).

Nesse momento, no Brasil, movimentos populares se articulavam na luta por melhores condições de vida. Em relação à criança, buscou-se retratá-la como “prioridade absoluta”. Ao encontro disto, foi evidenciada a defesa incondicional dos seus direitos, sem discriminação de qualquer natureza — um movimento de grande mobilização, com repercussões quase imediatas no país (BRASIL, 2010b).

Os movimentos sociais nesse período enalteciam o panorama político-social, não apenas no que diz respeito a crianças e adolescentes, mas contemplando “outras reivindicações como os movimentos negros, movimentos feministas, movimentos dos trabalhadores” (LIMA, 2011, p. 60). Impulsionou-se assim a abertura democrática e a base para uma nova Assembleia Constituinte para o país. Durante esse período, vários movimentos sociais reivindicaram os direitos sociais básicos para a criança e o adolescente, ganhando voz no processo constituinte e refletindo na consolidação dos artigos 227, 228 e 229 da Constituição Federal de 1988 (LIMA, 2011). Esses artigos dispõem sobre a proteção social de forma compartilhada entre a família, Estado e sociedade. Segundo o artigo 227 da CF/88,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2013a).

No campo da educação, a CF/88, em seus artigos 205 e 206, traz respectivamente a “educação como um direito de todos e dever do Estado e da família” e, em relação aos

³⁶ O Código de Menores de 1979 foi aprovado pela Lei nº 6.679, de outubro de 1979, que revogou o antigo Código Mello Mattos e não procurou tutelar apenas a questão dos abandonados e delinquentes. Sendo assim adotou a Doutrina Jurídica da Situação Irregular, criando uma nova categoria para os menores, divididos em seis situações diferentes: abandono, vítimas de maus-tratos, em perigo moral, desassistidos juridicamente, com desvio de conduta e autores de infração penal (LIMA, 2011).

princípios, o ensino deve seguir, dentre outras garantias, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 2013a).

Nessa perspectiva de garantia de direitos, é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990. O ECA, harmonizado com princípios constitucionais, atua em diferentes campos temáticos, dentre eles, a educação. Seus artigos 4º e 5º abordam, respectivamente, o dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público de assegurar, com absoluta prioridade, a todas as crianças e adolescentes, entre outras coisas, a efetivação do direito à educação e também a garantia de prioridade para que nenhuma criança ou adolescente passe por qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O referido Estatuto também discrimina formas de punição, caso tais direitos sejam violados.

No que se refere ao direito à educação, é importante mencionar o artigo 53 do Capítulo IV do ECA:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (BRASIL, 2012a).

Na luta pela efetivação dos direitos da criança e do adolescente, o Estatuto tornou-se o principal instrumento jurídico, sendo de

[...] caráter inovador ao dispor os direitos fundamentais das quais, crianças e adolescentes, são titulares e ainda dispõe no mesmo texto normativo as medidas de prevenção e proteção que devem ser aplicadas para a garantia e efetivação desses novos direitos (LIMA, 2011, p. 63).

Diferentemente do *Direito do Menor*, pode-se dizer que o Direito da Criança e do Adolescente consagra uma nova prática social da sociedade civil organizada, um novo método institucional não repressivo, instituindo uma prática reunida na capacidade estatal de garantir, sobretudo no campo das políticas públicas, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente (LIMA, 2011). No processo histórico de garantia de direitos das crianças e adolescentes, marcado dentre outros, pela CF/88 e o ECA, ele é responsável por incorporar “uma nova concepção jurídica de proteção que ultrapassa o mero legalismo formal” (LIMA, 2011, p. 124). Nesse sentido, nos desafios para concretizar esses “novos” direitos da infância e adolescência, dentre outros, citam-se: a transição paradigmática do menorismo para uma nova concepção de infância para além do avanço normativo refletindo assim nas práticas sociais; cooperação e corresponsabilidades compartilhadas entre Estado, família e sociedade e atores envolvidos nesse processo (LIMA, 2011).

No contexto do Programa BPC na Escola, no próximo capítulo, abarcando os entes envolvidos, contemplaremos os passos da implantação do Programa no Estado de Santa Catarina.

3 OS PASSOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

O Programa BPC na Escola envolve todos os entes federados. No estado de Santa Catarina, o Programa BPC na Escola está organizado com a representação das três políticas principais, quais sejam: Assistência Social, Educação e Saúde. Na falta de um órgão que à época respondesse pela Política de Direitos Humanos,³⁷ a FCEE foi convidada a integrar-se ao GGE. Essas políticas formam o Grupo Gestor Estadual (GGE), que articula as ações do programa no âmbito estadual. O Programa supracitado contempla ações interministeriais envolvendo o Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Cabe destacar que nossa pesquisa buscou trabalhar questões pertinentes às duas políticas centrais: assistência social e educação analisando a sua articulação no âmbito municipal. Muito embora neste capítulo estejamos tratando de questões pertinentes ao Estado, no que tange à política de Assistência Social, o Programa está alocado na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC), Diretoria de Assistência Social, Gerência de Proteção Social Básica, Coordenação dos Benefícios Assistenciais. Na Política de Educação, encontra-se na Secretaria de Estado da Educação (SED/SC), Diretoria de Ensino Superior (DIES), Gerência de Políticas de Educação Básica.

Passamos a expor os caminhos seguidos no âmbito do Estado para a implantação do Programa BPC na Escola, aderido pelo estado de Santa Catarina em 2008.

Dentre os compromissos assumidos pelo Governo Estadual e já citados no item 2.2 do capítulo 2 deste estudo, cabe aqui destacar a atuação do Grupo Gestor Estadual (GGE), composto pelas políticas acima citadas. Conforme o “Documento Orientador do Programa BPC na Escola” (BRASIL, 2011a, p. 14), os Grupos Gestores Estaduais têm como principal finalidade fortalecer o trabalho intersetorial no âmbito municipal, utilizando-se das seguintes estratégias:

- a) Atualização dos dados dos integrantes dos Grupos Gestores Locais; b) Mobilização dos municípios para participarem da Adesão 2011; c) Monitoramento do processo de adesão dos municípios ao Programa; d) Apoio técnico para identificação das barreiras de acesso e permanência na escola, por meio da aplicação do Questionário; e) Disseminação de informações sobre as ações previstas para o biênio 2011/2012; f)

³⁷ O Estado de Santa Catarina não possui uma Secretaria Estadual de Direitos Humanos, porém existe a Diretoria de Direitos Humanos, alocada na Secretaria de Estado da Casa Civil. Segundo informações repassadas à autora da pesquisa pela integrante do GGE, essa Diretoria será convidada a participar oficialmente do grupo.

Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos municípios para superação das barreiras identificadas por meio do Questionário;

g) Identificação das dificuldades encontradas pelos municípios no exercício da intersetorialidade; h) Proposição de orientações técnicas para auxiliar os municípios na execução do Plano de Acompanhamento dos Beneficiários e das Ações Intersetoriais do Programa BPC na Escola (BRASIL, 2011a).

No âmbito do Estado, o GGE foi formado em 2008 e desde então tem desenvolvido e/ou participado de algumas atividades.³⁸ Dentre elas, as principais são: participação no Curso de Formação para Implementação do Programa BPC na Escola, que aconteceu em Brasília (DF) no período de 3 a 6 de junho de 2008, organizado pelo MEC. O curso foi destinado aos representantes dos 26 estados, Distrito Federal e dos municípios que participam do Programa do MEC — Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.³⁹ Naquele momento, o Programa BPC na Escola contava com adesão de oitenta e oito municípios no Estado, segundo dados do Sistema BPC da Escola. Outra atividade do GGE foi o fomento à formação dos Grupos Gestores Municipais e a Capacitação do Programa BPC na Escola em SC, realizada em outubro de 2008, com participação de representantes do Grupo Gestor Interministerial (GGI), representantes estaduais e FCEE/SC.

No ano de 2009, os municípios que aderiram ao Programa iniciaram as visitas domiciliares aos beneficiários e aplicação do “Questionário para Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência”. Iniciou-se também o cadastramento no Sistema BPC na Escola⁴⁰ dos questionários aplicados junto aos beneficiários do BPC. Entre os anos de 2009 e 2010, o número de municípios participantes do Programa BPC na Escola aumentou para cem.⁴¹ Desse total, 60,22%, ou seja, sessenta e oito, responderam ao questionário identificando as principais barreiras de acesso e permanência na escola para este público.

³⁸ Informações levantadas no campo de estágio na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC), Diretoria de Assistência Social, Gerência de Proteção Social Básica, Coordenação dos Benefícios Assistenciais.

³⁹ Programa que tem como objetivo apoiar a formação de gestores e educadores, com a finalidade de modificar os sistemas educacionais para sistemas educacionais inclusivos.

⁴⁰ Conforme Informe Técnico MDS, nº 1, o Sistema é uma ferramenta de gestão que possibilita aos grupos gestores das três esferas de governo (Estado, Distrito Federal e Município) acesso às ações e aos procedimentos do Programa BPC na Escola. Sendo assim, o Sistema possibilitará que a gestão e execução do Programa BPC na Escola seja feita de forma descentralizada, cabendo aos gestores de cada esfera a criação de usuários que interagem com o Sistema vinculado ao nome e CPF, de acordo com perfis preestabelecidos pelo MDS: Gestor MDS: perfil de administrador; Gestor Estadual: Perfil de Estado; Gestor Distrital: Perfil Distrito Federal; Gestor Municipal: Perfil Município. Cada representante das políticas envolvidas com o Programa pode acessá-lo e usufruir das informações de que ele disponibiliza.

⁴¹ Dados levantados em apresentações oficiais do GGE, identificadas no campo de estágio.

Tabela 1: **Barreiras de Acesso e Permanência.**

Barreiras	Número de Municípios
Falta de acessibilidade nas ruas, calçadas e transportes	22
Falta acessibilidade na estrutura de muitas escolas, bem como profissionais de apoio	10
Famílias com medo da violência e discriminação social	02
Desmotivação, desinteresse e resistência familiar	09
Problemas graves de saúde	25

Fonte: Elaboração própria (2014), conforme documentos disponibilizados no campo de estágio da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC), Diretoria de Assistência Social, Gerência de Proteção Social Básica, Coordenação dos Benefícios Assistenciais.

Ainda em 2010 aconteceu o Encontro de Gestores do Programa BPC na Escola: Avaliação de Resultados e Propostas de Ações Intersetoriais, nos dias 29 e 30 de junho em Brasília (DF). Esse encontro reuniu cerca de 200 gestores das quatro políticas envolvidas no Programa (Assistência Social, Educação, Saúde e Direitos Humanos). Além da avaliação dos resultados do Programa, o encontro foi uma oportunidade para dar visibilidade às estratégias e práticas utilizadas pelos municípios para ultrapassar barreiras de acesso, inserção e permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência que recebem o benefício. Nesse encontro, os gestores presentes ressaltaram que a intersetorialidade das políticas públicas é condição fundamental para garantir a eficácia do BPC na Escola e, para além da renda garantida pelo benefício, sua inserção nas diversas políticas públicas (BRASIL, 2010).

No dia 20 de julho de 2012, o Grupo Gestor Estadual do Programa BPC na Escola promoveu⁴² uma *webconferência*,⁴³ tendo como principal objetivo desencadear um amplo processo de adesão das prefeituras municipais ao Programa. Esse momento visava propiciar a concretização de um sistema educacional inclusivo no Estado e a garantia de direitos às crianças e aos adolescentes com deficiência beneficiários do BPC. Participaram da *webconferência* técnicos das Gerências Regionais de Educação, Saúde e Assistência Social das trinta e seis Secretarias de Desenvolvimento Regional do Estado, secretários de desenvolvimento regional, prefeitos municipais e secretários municipais das áreas de educação, saúde, assistência social (SANTA CATARINA, 2012).

⁴² Informações disponíveis no site da Secretaria de Estado da Educação (SC).

⁴³ É uma ferramenta de vídeo em tempo real disponibilizada pela internet, permitindo, por exemplo, que um grupo de profissionais com escritórios em diferentes cidades reúna-se sem sair de suas respectivas salas. A única exigência é que os computadores devem estar conectados entre si para que tenham interação, não havendo a possibilidade de conexão com redes de *Webconferência* de outros fabricantes, somente no mesmo sistema. Mesmo assim, é uma maneira bastante recorrente utilizada pelo MDS e outros órgãos para reunir inúmeras pessoas para discutir um tema, estando essas pessoas distribuídas por qualquer lugar do país.

No que tange às ações do GGE, no ano de 2013, representantes do Estado, dentre eles técnicos da SED, participaram da videoconferência⁴⁴ no dia 22 de março, promovida pelo GGI. Ela teve como objetivo divulgar o processo de adesão ao Programa BPC na Escola no Estado de Santa Catarina, ampliando assim a possibilidade de participação de novos municípios e a renovação dos compromissos anteriormente assumidos pelo Estado e municípios que já participavam do Programa desde 2008, além de pactuar o processo de formação e orientar o desenvolvimento das ações intersetoriais previstas para o biênio 2013/2014. A videoconferência⁴⁵ permitiu o diálogo em tempo real entre representantes do GGE e GGI, além de possibilitar aos grupos gestores municipais enviarem perguntas pelo e-mail que foi disponibilizado na página da transmissão. Posteriormente a videoconferência foi disponibilizada na internet para acesso de qualquer pessoa (SANTA CATARINA, 2013).

Ainda em 2013,⁴⁶ aconteceu o planejamento pelo GGE do Seminário de Formação do Programa BPC na Escola, cujo público-alvo eram os gestores estaduais e municipais das áreas de saúde, educação e assistência social envolvidos no monitoramento do acesso e permanência de estudantes com deficiência atendidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC). O Seminário buscava formar os profissionais envolvidos no Programa com vistas a integrar as ações voltadas à inclusão dos educadores, público-alvo da Educação Especial, na rede regular de ensino no estado de Santa Catarina. Tinha como objetivos específicos: Capacitar aplicadores do Questionário de Identificação de Barreiras; Delinear propostas de ações intersetoriais para o acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; Socializar ações e programas federais com foco na inclusão dos educandos público-alvo da Educação Especial na rede regular de ensino. O evento foi pensado para acontecer em forma de oficinas temáticas e simultâneas e teria quatro oficinas: Oficina temática I: Simulação da aplicação do Questionário de Identificação de Barreiras; Oficina temática II: Ações intersetoriais como estratégias para inclusão educacional e social no âmbito da gestão municipal; Oficina temática III: Ações intersetoriais como estratégia para a inclusão educacional e social no âmbito da gestão estadual descentralizada; Oficina temática IV: Construção de Plano de Ação para a Inclusão educacional e social no

⁴⁴Informações disponíveis no site da Secretaria Estadual de Educação.

⁴⁵ É uma ferramenta de vídeo em tempo real disponibilizada pela internet, que possibilita a conexão entre praticamente todos os sistemas. Permite que grupos de pessoas localizadas em lugares distantes realizem reuniões como se estivessem na mesma sala. Permite todas as opções de apresentação e troca de informação que são possíveis em reuniões presenciais. É uma ferramenta muito utilizada pelo MDS e outros órgãos.

⁴⁶ Informações levantadas no campo de estágio Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC), Diretoria de Assistência Social, Gerência de Proteção Social Básica, Coordenação dos Benefícios Assistenciais. Material construído pelo GGE do Programa BPC na Escola. É registro de atividades, documento requisito da disciplina supervisão de estágio obrigatório I, de autoria própria.

âmbito da gestão municipal: grandes eixos. As oficinas seriam coordenadas por técnicos do estado das diferentes políticas que compõem o programa.

O Seminário foi previsto para acontecer em dois grupos no ano de 2013, sendo o primeiro de 30/10 a 1/11 para 603 participantes, e o segundo, de 10 a 12/12 para 607 participantes. O critério de escolha dos municípios foi realizado pela data de adesão ao programa, contemplando primeiramente os municípios que aderiram em 2008, e assim, sucessivamente, por ordem de adesão.

Para atender esse público, o Grupo Gestor Estadual organizou um Curso de Formação para Coordenadores das Oficinas Temáticas, preparatório para o Seminário, que aconteceu no mês de setembro, dividido em quatro encontros com carga horária de 20 horas. O público dessa formação foram 20 gestores estaduais indicados pela SED/SC, SST/SC, SES/SC e FCEE/SC, e o curso teve como objetivo geral formar a equipe de coordenadores das oficinas que irão atuar nas oficinas temáticas, para que conheçam as diretrizes do Programa BPC na Escola e também discutam a proposta metodológica definida para o Seminário.

Cabe destacar que o Seminário supracitado, por problemas licitatórios, não aconteceu em 2013.⁴⁷ No corrente ano (2014) foi realizada nova licitação, e as datas estabelecidas ficaram sendo 13, 14 e 15 de agosto de 2014, para o primeiro, e 17, 18 e 19 de setembro de 2014 para o segundo.

Em relação aos dados, no ano de 2013, 157 municípios catarinenses participavam do Programa (53,22%),⁴⁸ e até dia 13 de junho de 2014, duzentos e cinquenta municípios já haviam aderido ao Programa, segundo o Sistema do Programa BPC na Escola (BRASIL, 2011a).

⁴⁷ Conforme documentos disponibilizados no campo de estágio na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC), Diretoria de Assistência Social, Gerência de Proteção Social Básica e Coordenação dos Benefícios Assistenciais, foi encaminhado pelo Grupo Gestor Estadual (GGE) ao Grupo Gestor Interministerial (GGI) um documento justificativo da não realização do evento. Nele, o GGE explicava que a licitação para a empresa que daria suporte logístico ao Seminário ocorreu na Secretaria de Educação (SED), sendo uma licitação única para todas as capacitações que seriam realizadas pela SED no período de 2013. Contudo, a empresa vencedora não ofereceu condições para realizar o evento no período estipulado, visto que outras capacitações da SED também aconteceriam paralelamente. Então optou-se por realizar uma segunda licitação, exclusiva para os Seminários do Programa BPC na Escola. Por diversas dificuldades de atraso na assinatura do contrato, o primeiro evento somente poderia acontecer no início de dezembro de 2013. O GGE também pontuou que o período destinado à divulgação do evento e inscrições foi relativamente curto, aliado ao período de final de ano, culminado em apenas 1/3 das inscrições almejadas. Finalizando a justificativa, o GGE ressaltou que, segundo normativas para utilização dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é necessário que o evento atinja uma meta de, no mínimo, 90% do público estimado. Como o número de inscritos foi muito aquém do esperado e visando não correr o risco de responder por improbidade administrativa pelo mau emprego do recurso público, a capacitação foi cancelada.

⁴⁸ Sistema BPC na Escola, atualizado em 13/11/2013 (BRASIL, s/d-a).

É importante destacar que, em relação ao papel das políticas estaduais e municipais de Educação e Assistência Social, objeto de nosso debate, as orientações sobre o Programa BPC na Escola a respeito da responsabilidade de cada política pública encontram-se dispersas em informes técnicos, termo de adesão/renovação, manuais do Programa e portarias interministeriais. Como citado no item 1.1 do capítulo 1, dentre as atribuições que remetem à esfera federal, há aquelas que são também compartilhadas pela esfera estadual,⁴⁹ tanto para a política de Educação quanto de Assistência Social. São atribuições da política de Educação no âmbito estadual:

- a) garantir o direito constitucional à escolarização e ao atendimento educacional especializado, realizado na escola comum do ensino regular, aos alunos com deficiência beneficiários do BPC; b) consolidar a proposta de inclusão educacional e social, tendo como pressuposto a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência no contexto da escola comum, contribuindo na construção de uma sociedade que valorize a diversidade e respeite as diferenças; c) promover a articulação da transversalidade da educação especial em todos os níveis, etapas e modalidades da educação; d) realizar o pareamento dos dados do Censo Escolar MEC/INEP com os dados dos beneficiários do BPC; e) apoiar técnica e financeiramente projetos na área de educação especial, tais como: adequação de prédios escolares; formação de professores da educação especial para o atendimento educacional especializado; implantação de salas de recursos multifuncionais; f) divulgar experiências de êxito da inclusão educacional dos beneficiários do BPC, de 0 a 18 anos de idade (BRASIL, 2009b, p. 3).

No âmbito da Assistência Social, norteiam as seguintes atribuições:

- a) Disponibilizar, anualmente, a relação das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos de idade para cruzamento dos dados administrativos dos beneficiários com os dados do censo escolar; b) Disponibilizar para os estados, municípios e o Distrito Federal, anualmente, a relação das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos de idade matriculadas e não matriculadas no sistema regular de ensino; [...] d) Promover a articulação entre os serviços e benefícios socioassistenciais com vistas ao acompanhamento dos beneficiários do BPC, além de incentivar o desenvolvimento de projetos estratégicos de geração de renda, de segurança alimentar e nutricional, de promoção do trabalho e da convivência familiar e comunitária, destinados aos beneficiários do BPC participantes do PROGRAMA BPC NA ESCOLA e suas respectivas famílias; e) Desenvolver programa de formação para profissionais da área de assistência social voltado à inclusão educacional dos beneficiários do BPC, de 0 a 18 anos de idade; [...] j) Divulgar experiências de êxito da inclusão educacional dos beneficiários do BPC, de 0 a 18 anos de idade (BRASIL, 2009b, p. 4).

Em relação aos compromissos relacionados aos municípios citados no item 2.2 do capítulo 2, cabe destacar as atribuições da política de educação:

⁴⁹ Informações repassadas por membros do GGE à autora do presente estudo e compilação de dados constantes no Documento Orientador do Programa BPC na Escola (2009) e do Termo de Adesão ao Programa para estados e municípios.

[...] XV - garantir a matrícula dos beneficiários do BPC, de 0 a 18 anos de idade, em classes comuns do ensino regular, com prioridade para as localizadas próximas da residência do aluno;
 XVI - garantir a oferta do Atendimento Educacional Especializado no turno inverso da escolarização (BRASIL, 2011b, p.13).

Cabe à assistência social:

II - designar o Coordenador da Equipe Técnica responsável pela aplicação do Questionário para a identificação das barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC e garantir o apoio necessário para o funcionamento desta Equipe; [...] V - informar ao Governo Federal, por meio eletrônico, sobre os dados resultantes da aplicação do Questionário; [...] IX - instituir a Equipe Técnica responsável pela aplicação do Questionário; X - assegurar a participação da Equipe Técnica responsável pela aplicação do Questionário na capacitação específica com vistas a sua aplicação; XI - conhecer as normas, o material informativo e orientar os participantes da Equipe Técnica para a aplicação do Questionário;
 XII - assegurar a aplicação anual do Questionário; XIII - ofertar serviços socioassistenciais aos beneficiários do BPC e às suas respectivas famílias, pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e, na ausência destes, pela Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congênere (BRASIL, 2011b, p. 13).

Ainda em relação às atribuições dos municípios, destaca-se “a participação do Curso de Capacitação do Programa Organizado pelos Estados; e [...] desenvolver ações que promovam a eliminação das barreiras para acesso dos alunos com deficiência beneficiários do BPC, à escola” (BRASIL, 2009b, p. 6).

No próximo item, abarcaremos algumas considerações sobre a intersetorialidade nas políticas públicas, ressaltando que, no processo de materialização de direitos, desenvolver ações intersetoriais é de fundamental importância para efetivar os direitos constitucionalmente instituídos para crianças e adolescentes com deficiência, públicos-alvo do Programa BPC na Escola.

3.1 A Intersetorialidade das políticas públicas: alguns apontamentos

Partimos do princípio de que intersetorialidade é um instrumento fundamental na execução de políticas sociais. Inojosa (2001) acrescenta que intersetorialidade é a articulação de saberes e conhecimentos com a finalidade de planejamento para realizar e avaliar políticas, programas e projetos com objetivo de alcançar resultados simultâneos em situações complexas.

A intersetorialidade, no contexto das Políticas Sociais, como já mencionado no item 2.1 do capítulo 2 deste estudo, tem sido considerada uma nova lógica de gestão, transcendendo um único “setor” da política social (PEREIRA, 2011).

Entretanto, transformá-la em um eixo estruturador das intervenções públicas significa encarar grandes desafios, em parte consequência de como historicamente a administração pública foi organizada. No decorrer da trajetória histórica da gestão pública brasileira, observamos suas estruturas verticais e setorialmente demarcadas com competências fixas e, em parte, de determinantes político-institucionais que adaptam os marcos regulatórios e a distribuição de recursos organizacionais enfatizando competências e funções, vinculação hierárquica entre setores e distribuição de recursos humanos, financeiros e físicos para efetuar as ações (BRONZO e VEIGA, 2007). Nesse sentido, o autor supracitado, no campo de inovações no âmbito da gestão pública, ressalta:

[...] em um contexto no qual os sistemas técnicos especializados e as estruturas fortemente hierarquizadas e verticais são confrontadas com novos objetivos e demandas políticas e sociais, novas técnicas e novos segmentos da população, que demandam uma remodelagem das velhas estruturas organizacionais, existindo novas respostas organizativas das quais a intersetorialidade é apenas uma das alternativas possíveis. A abertura para uma visão de trabalho horizontal é o ponto chave e que caracteriza, de forma geral, tais transformações (BRONZO; VEIGA, 2007, p. 11).

Nesse contexto, a intersetorialidade é invocada por contrapor-se ao aparato setorial que molda as políticas sociais, direcionando assim ações integradas de distintos setores no atendimento da população, cujas necessidades são ponderadas a partir de sua realidade concreta, de modo a pautar as peculiaridades de suas condições de vida (SCHÜTZ, 2009).

Em contrapartida, Andrade (2006) diz que o modelo setorial implementa políticas endógenas, ou seja, “de dentro pra fora”, motivando assim as políticas públicas para acatarem a realidade de modo desarticulado. Cada setor, “[...] se desenvolve em razão de suas demandas e de suas próprias soluções, operando a reafirmação do setor, em si e para si” (ANDRADE, 2006, p. 282).

A forma como o modelo setorial tem organizado as políticas públicas e os serviços não deixa que as demandas da sociedade sejam atendidas em sua integralidade, em detrimento de sua resolução (INOJOSA, 2001).

Segundo Sposati (2006, p. 134), “a intersetorialidade não pode ser considerada antagônica ou substitutiva da setorialidade. A sabedoria reside em combinar setorialidade com intersetorialidade, e não em contrapô-las no processo”. Segundo a autora (SPOSATI, 2006, p. 134),

O modelo de gestão adotado não possui validade permanente, pois é vulnerável às mudanças conjunturais e mesmo estruturais, mostrando nestas alterações suas contraindicações. Quando um modelo de gestão responde com eficiência a determinado momento histórico e a determinada realidade, não significa que, necessariamente, tenha longa duração ou reaplicabilidade mecânica a outras

realidades. A mudança de objetivos organizacionais exige que se reveja necessariamente a escolha das estratégias institucionais para atingi-las. Essas estratégias institucionais definem o modelo de gestão (SPOSATI, 2006 p. 134).

A intersectorialidade não é uma estratégia técnica, administrativa ou meramente gerencial, é uma ação política que envolve, entre outros fatores, diferentes interesses competitivos, jogos de poderes e autorreferenciamento de seus pares. É uma tarefa nada fácil, mas também não impossível, desde que todos estejam conscientes de que vale tentar persegui-la em prol da democracia (PEREIRA, 2011).

Segundo Pereira (2011), a intersectorialidade

[...] surge não só como uma alternativa de gestão social, mas como uma ruptura epistemológica com os modelos disciplinares prevalecentes. Mas, novamente faz-se a advertência de que a intersectorialidade assim pensada não anula os espaços específicos das políticas particulares, ditas “setoriais”, pois a intersectorialidade fortalece e atualiza essas políticas, universalizando-as (PEREIRA, 2011, p. 2).

Já Sposati (2006), fazendo uma avaliação histórica das práticas sociais e contemplando o grau de desigualdade socioeconômica no Brasil, vê a intersectorialidade não só como uma arena de aprendizagem dos agentes institucionais mas também como um percurso ou artifício estruturador da constituição de novas respostas, novas demandas para cada política pública.

Portanto, ressaltamos que estabelecer padrões intersectoriais para políticas públicas significa trabalhar em condições de igualdade, substituindo a competição pela cooperação e atuando em prol de interesses comuns, compartilhados sempre com parâmetro de melhor atender as necessidades sociais da população usuária, na perspectiva do interesse público (BRASIL, 2008). A articulação das políticas públicas, dentre outros fatores, possibilita:

[...] melhor utilização de recursos, sejam humanos, financeiros ou materiais, o alcance de patamares qualificados de intervenções em menor tempo, com completude entre as especificidades, ampliação da produtividade, ganho de escola e de resultados que tenham impacto nas condições de vida da população (BRASIL, 2008, p.40).

Acredita-se que o diálogo entre as políticas públicas no contexto da intersectorialidade seja de fundamental importância para que se supere, dentre outras, a lógica de que

[...] cada área da política pública tem uma rede própria de instituições e/ou serviços sociais que desenvolvem um conjunto de atendimentos através de programas estatais e filantrópicos, de forma paralela às demais políticas e muitas vezes atendendo aos mesmos usuários desconectados entre si. Esta forma de gestão da política pública vem historicamente gerando fragmentação da atenção às necessidades sociais e ações paralelas; além de divergências quanto aos objetivos e papel de cada área, prejudicando particularmente os usuários – sujeitos das atenções dessas políticas (ARAÚJO, 2011, p. 177 e 178).

Agregando reflexões sobre o tema, Ciconello (CICONELLO; MORONI, 2007, p. 79) traz a intersetorialidade “como condição fundamental para a efetivação dos direitos humanos”.⁵⁰

No que concerne a essas definições apresentadas de intersetorialidade, ressaltamos que “É preciso construir uma cultura intersetorial e de articulação das ações que envolvam planejamento e execução de programas e serviços, potencializando resultados e respondendo à totalidade das demandas sociais” (BRASIL, 2008, p. 41). Assim sendo, o desenho da política influencia totalmente na sua efetividade. Colocamos como exemplo o contexto de crianças e adolescentes, uma política transversal que deveria estar presente em todos os ministérios e, no entanto, não se criou uma institucionalidade adequada para real efetivação do ECA. A articulação prevista no Estatuto, no que tange à política de Assistência Social, por exemplo, da qual um dos focos é a proteção à infância e à adolescência, é considerada residual, e o debate público nos Conselhos da Criança e do Adolescente se restringe à questão do adolescente em conflito com a lei e a violação de direitos (CICONELLO; MORONI, 2007, p. 82).

Assim sendo, quando não há articulação, a questão social, que está no alicerce da organização da sociedade, permeada de relações desiguais na produção e apropriação da riqueza, pode se tornar ofuscada, e as políticas sociais passarem a recortar o social a partir de necessidades fragmentadas, descoladas de uma perspectiva de totalidade (ARAÚJO, 2011).

Desse modo, consideramos o debate da intersetorialidade essencial para pensar a efetividade do Programa BPC na Escola, haja vista ser fundamental a articulação das políticas públicas, principalmente no sentido de garantir o atendimento integral das crianças e adolescentes, públicos-alvo desse Programa.

⁵⁰ “Inclui os direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais em sua indivisibilidade e interdependência” (CICONELLO; MORONI, 2007, p. 79).

4. UMA ANÁLISE DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO NA GARANTIA DO DIREITO À ESCOLA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA (SC)

Como já mencionado nesta pesquisa, a CF/88 (BRASIL, 2013a), em seus artigos 205 e 206, traz respectivamente a “educação como um direito de todos e dever do Estado e da família” e, em relação aos princípios, o ensino deve seguir, dentre outras garantias, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Do ponto de vista dos sujeitos destinatários das políticas públicas e sociais, entre outros aspectos, esse direito é um dever de quem oferta e/ou executa a política. Isso significa pensar as políticas sociais como acesso universal e como ampliação de direitos, e não como ações fragmentadas e setoriais. Assim, as políticas sociais precisam ser pensadas de maneira articulada com diferentes políticas para garantir os direitos da população. No contexto da pesquisa, problematizar como as políticas de Assistência Social e Educação têm atuado na garantia de direitos é fundamental para a materialização desses direitos.

Desse modo, discutir as ações intersetoriais concretas entre as políticas de Assistência Social e Educação no sentido de garantir o acesso e permanência de crianças e adolescentes com deficiência beneficiárias do BPC na escola é de fundamental importância, principalmente quando se trabalha em uma perspectiva de atendimento integral e buscando uma articulação das políticas públicas para garantir e ampliar direitos.

A opção pelas políticas de Assistência Social e Educação se deu por entender a relevância dessas políticas para o debate do tema e também pela proximidade com a gestão da política estadual de Assistência Social e de Educação no campo de estágio, mas, sobretudo, por ser o instrumento que garante o acesso à escola para esse público. Estudar a política de Educação em uma perspectiva inclusiva, dentre outros aspectos, no contexto de acesso e permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola, se dá por entender que é dever do Estado, conforme Decreto nº 7.611/11, Art. 1º, Parágrafo I: “garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com igualdade de oportunidade” (PALHOÇA, 2012, p. 16). No que tange à política de Assistência Social, é de fundamental importância estudá-la como política pública de garantias de direitos, tendo como público usuário da Política, conforme a PNAS: “cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: [...] **desvantagem pessoal resultante de deficiências** (grifo

nosso)” (BRASIL, 2005, p. 31). Problematicar, pesquisar como as duas políticas públicas têm atuado na garantia de direitos é fundamental para a materialização desses direitos.

Cabe destacar que a coleta de dados se deu no município de Palhoça (SC), que, conforme dados disponibilizados no Sistema BPC na Escola,⁵¹ tem 169 beneficiários do BPC (crianças e adolescentes). Desses, 148 estão inseridos na escola, e 21 estavam fora dela.

A seguir faremos a análise do processo investigativo, avaliando a fala das profissionais entrevistadas. Estabelecemos contato com duas profissionais: atualmente uma responde pelo Programa BPC na Escola no referido município, e a outra, pelo Setor de Educação Especial, nas respectivas políticas públicas: de assistência social e de educação.

A análise foi estruturada por blocos, haja vista que realizamos entrevistas semiestruturadas, então, nossa análise vai partir dessa organização: primeiramente fazemos uma caracterização das profissionais, em seguida, abarcaremos como o acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência vêm sendo contemplado na agenda das Políticas de Educação e Assistência no município de Palhoça para que, na sequência, possamos realizar alguns apontamentos sobre o público beneficiário do BPC na Escola e, em seguida, as ações realizadas pelas políticas e o acompanhamento efetivado. Por fim, analisamos a articulação entre as duas políticas.

4.1 Caracterização das profissionais entrevistadas

Para fins de análise mais aprofundada do tema da pesquisa ora realizada, optamos por entrevistar profissionais que, no momento da pesquisa, respondiam pelo Programa BPC na Escola no município de Palhoça: uma profissional assistente social que responde pelo Programa na política de Assistência Social e profissional pedagoga que responde pelo Setor de Educação Especial, na política de Educação. Desse modo, foram entrevistadas duas profissionais: uma da política de Assistência Social (P1) e uma da Política de Educação (P2).

A profissional responsável pelo Programa na Assistência Social formou-se em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2005, com especialização em Gestão Social pela Pós-Bagozzi do Paraná, concluída em 2010. A profissional da Educação formou-se em Pedagogia em 2005, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com especialização em práticas Pedagógicas Interdisciplinares;

⁵¹ Dados visualizados em 20/06/2014.

Atendimento Educacional Especializado e está finalizando outra especialização em Psicopedagogia.

No processo de caracterização das profissionais, elas foram questionadas em relação ao seu vínculo funcional e, respectivamente, mencionaram:

[...] Trabalho na prefeitura de Palhoça há oito anos, destes, três anos concursada e os outros cinco anos foi como processo seletivo. Então já faz aproximadamente três anos que sou efetiva, hoje sou Gerente da Proteção Social Básica, e representante do município no grupo gestor municipal do Programa BPC na Escola (P1).

[...] Trabalho há mais de 15 anos, destes, sou concursada na Prefeitura de Palhoça há mais de 12 anos. Hoje trabalho no Setor de Educação Especial, neste setor tem o coordenador e os auxiliares (assessor) que prestam assessoria ao coordenador e aos atendimentos oferecidos na rede no Setor de Educação Especial. Antes de ser assessora era a coordenadora do Setor de Educação Especial, hoje não exerço mais este cargo, fui substituída (P2).

Nota-se nas falas acima, no que tange ao vínculo funcional, que prevalece a vinculação como funcionário público das duas profissionais nas duas políticas. Ressaltamos que o assistente social tem no estado o maior empregador de mão de obra (MONTAÑO, 2011 *apud* CARDOSO, 2013, p. 82). O autor pondera ainda que o assistente social, como servidor público “[...] se converte via de regra, num servidor público, regido, como os demais, por normas burocráticas e subordinado hierarquicamente segundo estratos político-institucionais, não necessariamente técnico-políticos” (MONTAÑO, 2011 *apud* CARDOSO, 2013, p. 82).

É nesse tenso viés que cabe aos executores das políticas sociais, no âmbito da gestão pública, encarar esse grande desafio: “[...] em um contexto no qual os sistemas técnicos especializados e as estruturas fortemente hierarquizadas e verticais são confrontados com novos objetivos e demandas políticas e sociais” (BRONZO e VEIGA, 2007, p. 11).

Ainda referentemente à fala da profissional P1, que afirma ser a representante do município no grupo gestor municipal do Programa BPC na Escola, cabe dizer que a informação não está em consonância com a denominação especificada no Sistema BPC na Escola, ou seja, as informações estão desatualizadas. Lembrando que o responsável pela gestão do Sistema no município é o gestor de Assistência Social, a ele cabe a tarefa de alimentar o Sistema com os dados da gestão e execução do Programa em seu âmbito (BRASIL, 2011c). Esse sistema que está inserido no Sistema de Autorização e Autenticação (SAA),⁵² reafirma que a responsabilidade das informações inseridas ou excluídas nos sistemas da rede SUAS são de responsabilidade dos gestores e usuários devidamente autorizados com perfil selecionado pelo

⁵² Conforme estabelecido na Portaria SNAS nº 15, de 17 de dezembro de 2010, o SAA é responsável pela gestão do acesso à Rede SUAS e de outros aplicativos que vierem a ser alocados sob o seu gerenciamento (BRASIL, 2010c).

gestor. A partir do relato da profissional P2, infere-se que a atribuição por ela relatada está em consonância com uma das atribuições do Setor de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), especificada nas Diretrizes para a Educação Especial na Rede Municipal de Ensino, ou seja “[...] assessorar os gestores e equipe pedagógica da escola nos aspectos que envolvem a inclusão de alunos público-alvo da educação especial” (PALHOÇA, 2012, p. 11).

Quando questionadas sobre a vinculação com o tema “pessoa com deficiência”, as profissionais foram enfáticas em dizer:

[...] Sobre a vinculação com o tema, não tenho nenhuma formação específica, aperfeiçoamento ou curso (P1).

[...] Sobre a vinculação com o tema pessoa com deficiência, desde a graduação trabalho na rede regular de ensino, instituições e ONGs que trabalham com crianças, adolescentes e adultos com deficiência (P2).

No processo de materialização de direitos assegurados no texto constitucional e, sobretudo no contexto de aperfeiçoamento da política de garantia de direitos da pessoa com deficiência, as falas da P1 e P2 podem ser literalmente consideradas opostas. Na fala da P1 fica explícita a não proximidade com o tema, mas não somente isto: o não reconhecimento que a formação acadêmica pode lhe propiciar instrumentos teórico-metodológicos para atender esse público que é usuário da política de Assistência Social. Assim sendo, cabe citar que o profissional assistente social “possui formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho” (BRASIL, 2013c, p. 11).

Dada a caracterização das profissionais, passamos a expor elementos sobre a implementação do Programa BPC na Escola no município de Palhoça, denotando elementos que consideramos essenciais para a sua efetivação no que tange à garantia do acesso e permanência da criança e adolescente na escola, sem perder de vista as normativas que regem o referido Programa.

4.2 O acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência na agenda das Políticas de Educação e Assistência no município de Palhoça

Para falar em acesso e permanência, cabem algumas indagações sobre a implementação do Programa BPC na Escola no referido município. Para isso, as profissionais foram instadas a trazer elementos sobre o processo de implementação:

[...] Bem, está bem na fase inicial, temos um conhecimento bem vago ainda, pois, estamos se aproximando do que é; como vai ser realizado isto dentro do município; porém o que a gente percebe é que está muito na fase inicial, o município fez a adesão, mas não teve um conhecimento pleno do que precisa ser feito, está se esperando muito da capacitação do Estado; como foi final do ano passado que entrei no grupo gestor, está tudo muito inicial em construção. O município aderiu em 2012, era outro grupo gestor, e não sei como era antes (P1).

[...] Na verdade existe um representante e é ele que vai e depois traz as informações, mas estão aguardando a capacitação do Estado. Ainda em relação a quem é o profissional que representa a Educação no Grupo Gestor Municipal, não se sabe se vai permanecer quem é hoje. Como estavam aguardando a capacitação do Estado e não ocorreu, não sei se vai ficar a mesma pessoa (P2).

As falas expressam que a implementação do Programa está em fase inicial, logo, as profissionais demonstram não deter informações sobre esse processo, mesmo o município já tendo aderido ao Programa BPC na Escola desde 2012. Cabe ressaltar que a implementação de Programas e Projetos, dentre outros, no âmbito das políticas públicas acontece num contexto na maioria das vezes permeado por uma perspectiva de gestão pública, com estruturas verticais e setorialmente demarcadas com competências fixas e, em parte, de determinantes político-institucionais que adaptam os marcos regulatórios e a distribuição de recursos organizacionais enfatizando competências e funções; vinculação hierárquica entre setores; distribuição de recursos humanos, financeiros e físicos para efetuar as ações (BRONZO e VEIGA, 2007).

Desse modo, no campo das inovações das políticas públicas, num contexto de sistemas técnicos especializados e estruturas fortemente hierarquizadas e verticais, novos objetivos e demandas vão surgindo no campo das políticas públicas e sociais (BRONZO e VEIGA, 2007).

Nas falas das gestoras, se constatou que a implementação do Programa está atrelada à capacitação do Estado, percebe-se que o avanço do Programa somente se dará após a Capacitação que será ofertada por ele. Nesse contexto, ressaltamos que o Estado, com sua adesão ao Programa, dentre outros compromissos assumidos, destaca em seu Anexo II, Cláusula Terceira da Portaria Interministerial nº 1.205 de 8 de setembro de 2011:

II - apoiar a capacitação dos agentes envolvidos na gestão e execução do PROGRAMA BPC NA ESCOLA, nos Municípios no âmbito de seu território, compreendendo os componentes dos grupos gestores locais e estadual, técnicos responsáveis pela aplicação do Questionário para identificação das barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, e outros [...] (BRASIL, 2011b).

Como relatado no Capítulo II desta pesquisa, o Estado, ou seja, o GGE, começou a planejar a capacitação em 2013, com vistas a realizar um Seminário Estadual; “Seminário de Formação do Programa BPC na Escola com vistas à identificação de barreiras e monitoramento

do acesso e permanência de alunos com deficiência na educação básica” e que, por problemas licitatórios, acabou por não acontecer em 2013 e está com data prevista para acontecer em 2014. As datas estabelecidas ficaram sendo 13, 14 e 15 de agosto de 2014, para o primeiro e, em 17, 18 e 19 de setembro de 2014 acontecerá para outro grupo de municípios.

Não podemos deixar de evidenciar que as estruturas da gestão pública, são de certo modo limitadas, por suas características sócio-históricas. Assim sendo, Merton (*apud* CHIAVETATO, 1983), ao tratar de estruturas burocráticas, é bastante elucidativo quando destaca que dentre as disfunções da burocracia está o excesso de formalismo e papelório, ou seja, necessidade de documentar e formalizar as comunicações dentro da burocracia.

No entanto, essa espera pela capacitação não impede que as políticas dialoguem e realizem as ações pactuadas com a adesão ao Programa em âmbito municipal, direcionando assim ações integradas de distintos setores no atendimento da população (SCHÜTZ, 2009), pois foram disponibilizadas outras formas de formação, tais como teleconferências, videoaulas, TV Escola, *webconferência*, dentre outras.

No que tange ao acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, na agenda das Políticas de Assistência Social e Educação no município de Palhoça, ressaltamos as falas das profissionais:

[...] A questão do BPC na Escola foi repassada pra gente no ano passado especificamente. A política não tem se voltado muito para esta demanda, no município hoje se percebe que está tudo em construção, como é uma demanda nova e o Estado ficou de passar capacitação município ainda está muito no início (P1).

[...] O aluno deve frequentar a rede regular de ensino, e no contraturno frequentar o AEE. Estas salas funcionam como suplemento e complemento à escolarização. São no contraturno, a família tem que assinar o termo de responsabilidade, tem que estar levando, onde é feito este atendimento educacional especializado. Esta criança estuda pela manhã as 4 h regular e no contraturno, se a família aceitar, ele participa de 1h de atendimento 2 vezes na semana. Neste atendimento, o professor que lá atende individualmente, vai ver a especificidade deste sujeito e para estar colaborando neste processo vai até a rede regular e assessora o profissional e aí este AEE, além de orientar, confecciona e elabora recursos para que este aluno possa se apropriar dos conhecimentos científicos. [...] então a partir do diagnóstico, o AEE vai até à instituição, faz todo um processo de observação e entra em contato com a família oferecendo este atendimento educacional especializado (P2).

Diante das falas supracitadas, tomando como referência, no que tange às normativas de garantia de direitos, a CF/88 que em seu artigo 206 expõe, dentre outros, o princípio de que o ensino deve seguir “a igualdade de condição para o acesso e permanência”, direito que fica ratificado a partir do artigo 53 do ECA:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - **igualdade de condições para o acesso e permanência na**

escola (grifo nosso); II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (BRASIL, 2012a).

Cabe destacar que, diante do relato da profissional P1, ela não está em consonância com o artigo 17, parágrafo XIV da NOB/SUAS,⁵³ onde estão explicitadas as responsabilidades dos municípios na gestão do SUAS. Para fins da pesquisa, destacamos: “realizar a gestão local do BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos de rede socioassistencial” (BRASIL, 2013b). Desse modo, Freitas, Souza e Martins (2013), referindo-se ao artigo 6º da mencionada Norma, apontam que devem predominar ações articuladas e integradas para garantir a integralidade da proteção socioassistencial aos usuários da política de Assistência Social, constituindo-se um dos princípios éticos do SUAS.

Ressaltamos que estabelecer ações intersetoriais para políticas públicas significa trabalhar em condições de igualdade, substituindo a competição pela cooperação, atuando em prol de interesses comuns, compartilhados sempre com parâmetro de melhor atender as necessidades sociais da população usuária, na perspectiva do interesse público (BRASIL, 2008).

Ainda na fala da P1, verificamos que ela não está em consonância com o que está preconizado na Portaria Interministerial nº 1.205, de 8 de setembro de 2011, parágrafo XIII, relativamente aos compromissos assumidos pelos municípios no âmbito da Política de Assistência Social, com a adesão ao Programa BPC na Escola: “ofertar serviços socioassistenciais aos beneficiários do BPC e às suas respectivas famílias, pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e, na ausência deles, pela Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congênere” (BRASIL, 2011b, p. 13). Reiteramos que essa atribuição acima citada já estava preconizada no âmbito do SUAS, na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais,⁵⁴ onde, dentre os serviços ofertados na Proteção Social Básica está o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos.

Na fala da profissional P2, podemos trazer a discussão de “familismo”, segundo (CAMPOS, 2003 *apud* SANTOS, 2012), entendido como uma alternativa de as políticas públicas considerarem que unidades familiares assumam a responsabilidade principal pelo seu bem-estar social. Desse modo, “a família, por sua vez, encontra-se cada vez mais

⁵³ Norma Operacional Básica/ Sistema Único de Assistência Social

⁵⁴ Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009c).

sobrecarregada, passando por crises múltiplas e sendo corresponsabilizada pelo aparelho Estatal ao invés de ser amparada” (SANTOS, 2012, p. 98).

A profissional P2 menciona que “o aluno deve frequentar a rede regular de ensino e no contraturno deve frequentar o AEE”. Sua fala profissional está em consonância com os serviços prestados no município de Palhoça, conforme Palhoça (2012): “a matrícula no AEE está vinculada à frequência no ensino regular, no caso dos alunos com idade entre 4 e 17 anos, cujas ações são complementares e/ou suplementares na formação do aluno” (PALHOÇA, 2012, p. 3). Com a adesão do município ao Programa BPC na Escola, esses direitos são ratificados contemplando o público do BPC, conforme Portaria Interministerial nº 1.205, de 8 de setembro de 2011, parágrafo XV e XVI, dentre os compromissos assumidos:

[...] XV - garantir a matrícula dos beneficiários do BPC, de 0 a 18 anos de idade, em classes comuns do ensino regular, com prioridade para as localizadas próximas da residência do aluno;

XVI - garantir a oferta do Atendimento Educacional Especializado no turno inverso da escolarização (BRASIL, 2011b, p.13)

Quando indagadas sobre o acompanhamento das políticas para crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do BPC, as profissionais trouxeram as seguintes falas:

[...] se sabe que tem a necessidade de fazer o acompanhamento, mas não tem nada específico para esta área, para atender este público. Não tem nada específico, elas entram como grupo prioritário, a partir da listagem de beneficiários, são sempre chamadas a participar (P1).

[...] o acompanhamento deste público vou considerar como já respondida, pois, não tem uma especificidade para este público, são tratados igualmente (P2).

Nas falas acima citadas, percebemos que as duas políticas, Assistência Social e Educação não realizam o acompanhamento desse público beneficiário do BPC. No entanto, desde 2011 está disponível no Sistema BPC na escola o Módulo de Acompanhamento dos Beneficiários⁵⁵ para que os municípios que aderiram ao Programa — a partir do diagnóstico e da identificação das barreiras identificados com aplicação do “Questionário para Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC” — possam fazer um Plano de Acompanhamento do Beneficiário do Programa BPC na Escola, ou seja, a oferta de serviços socioassistenciais, e acompanhamento

⁵⁵ É uma ferramenta do Sistema BPC na Escola que possibilita o registro socioassistencial dos beneficiários do Programa BPC na Escola e de suas famílias, pelos técnicos do CRAS. Para operacionalização desse módulo está disponível no site do MDS link: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/redesuas/bpc-na-escola> informe técnico nº 03: Instruções para operacionalização do Módulo de Acompanhamento dos Beneficiários e suas Famílias do Sistema BPC na Escola.

da rede de serviços das demais políticas sociais para os beneficiários e suas famílias pelos técnicos do CRAS e CREAS. Esses acompanhamentos feitos pelos técnicos devem ser compartilhados com o Grupo Gestor Local do Programa (YOSHIDA, 2013).

A partir da aplicação do questionário e identificação das barreiras para o acesso e permanência desse público na escola, o Grupo Gestor Local deverá fomentar ações intersetoriais com as demais políticas envolvidas no Programa (Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, etc.), para superar essas barreiras e assim garantir o direito constitucional também consolidado na Lei nº 9.344/96, Art. 3º, Parágrafo I: “igualdade de condições para acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996). Nesse contexto, destacamos

[...] a relevância da consulta aos resultados da aplicação dos Questionários para os próximos passos do Programa BPC na Escola. Com base nos resultados, devem ser desenvolvidas ações conjuntas, com responsabilidades e competências partilhadas com as diversas áreas das políticas sociais de cada esfera de governo, visando à formulação e implementação de políticas públicas de acesso à educação, saúde, ao trabalho e à convivência familiar e comunitária voltadas aos beneficiários do BPC (BRASIL, 2011a. p. 8).

A priorização de ações para esse público se torna fundamental na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, de tal maneira que essas ações não se limitem aos setores de cada política, mas sim colocar na agenda das políticas públicas como esse público com suas diversas especificidades tem que ser priorizado. A ação articulada pressupõe a garantia e o atendimento de forma integral, primando pelo acesso ao direito, de forma universal e não fragmentada e focalizada.

4.3 - O público beneficiário do BPC na Escola: alguns apontamentos

O público prioritário do Programa está contemplado na Portaria Interministerial MDS/MEC/MS/SEDH nº 18/2007, como sendo prioritariamente crianças e adolescentes na faixa etária de zero a dezoito anos. Nesse sentido, buscamos evidenciar junto às profissionais alguns apontamentos sobre o público beneficiário do BPC:

Ele é grupo prioritário de atendimento, tanto na básica, quanto na média quanto na alta é grupo prioritário para atendimento, isso é levado como critério para acompanhamento familiar (P1).

Todas as crianças com deficiência são tratadas da mesma forma com prioridade [...] na verdade temos um mapeamento deste público com deficiência e não diferenciamos pelo fato de serem beneficiários, são tratados todos igualmente (P2).

É notório na fala da profissional P1, que esse público vem sendo priorizado nos serviços no âmbito das normativas do SUAS. Na política de Assistência Social, segundo a PNAS (BRASIL, 2005, p. 31):

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; **desvantagem pessoal resultante de deficiências** (grifo nosso) [...] (BRASIL, 2005, p.31).

Destaca-se que, de acordo com a PNAS, a Proteção Social é ofertada pela política de Assistência Social em dois níveis de atenção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (de alta e média complexidade).

A proteção Social Básica apresenta caráter preventivo e processador de inclusão social [...] os serviços de Proteção Social Especial voltam-se a indivíduos e grupos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social, decorrentes do abandono, privação, perda de vínculos, exploração, violência, entre outros (COUTO, YAZBEK, RAICHELIS, 2011, p. 42).

Os serviços ofertados no âmbito do SUAS são organizados conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.⁵⁶ Cabe ressaltar que existem serviços específicos para esse público, mas que efetivamente não temos dados sobre as ações realizadas e se de fato estão sendo implementadas. Para fins da pesquisa, ressaltamos na Proteção Social Básica o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência.

O serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa à garantia de direitos, ao desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, à equiparação de oportunidades e à participação e ao desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento (BRASIL, 2013c, p. 16).

Na Proteção Social Especial, o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias:

Serviço para a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia (BRASIL, 2013c, p. 26).

⁵⁶ Conforme Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009c).

Ainda no âmbito do SUAS, o MDS lançou o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda,⁵⁷ onde

[...] estabelece procedimentos necessários para garantir a **oferta prioritária** (grifo nosso) de serviços socioassistenciais para famílias do Programa Bolsa Família, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e do Benefício de Prestação Continuada, especialmente das que apresentam mais vulnerabilidade (BRASIL, 2009a, p. 4).

Na política de Educação, conforme relato da P2, “todas as crianças com deficiência são tratadas da mesma forma”, o que nos faz refletir sobre a prioridade do público-alvo do Programa BPC na Escola no sistema educacional. Como já mencionado no item 3.2 deste capítulo, o aluno com deficiência frequenta o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno escolar, ressaltando que em nenhum momento foi colocado na fala da P2 o público do BPC. O AEE está previsto na Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, Art. 4º, Parágrafo III:⁵⁸ “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”. Cabe ressaltar que, dentre as atribuições dos entes envolvidos no Programa BPC na Escola, ao Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Especial (SEESP), compete: “garantir o direito constitucional à escolarização e ao atendimento educacional especializado, realizado na escola comum do ensino regular, aos alunos com deficiência beneficiários do BPC” (BRASIL, 2009b, p. 3). Assim se faz necessária a priorização para além das normativas, a real efetivação desse direito constitucional, conforme explicitado acima.

Nessa perspectiva, compreendemos que, conforme as Diretrizes para Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Palhoça, nos serviços ofertados, é considerado público-alvo do AEE:

Alunos com deficiência; Alunos com Transtorno Global de Desenvolvimento; Alunos com altas habilidades/superdotados. Alunos com transtornos funcionais específicos não são público-alvo do AEE, porém, a Educação Especial pode contribuir de forma articulada com o ensino regular, orientando pra o atendimento aos alunos com: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia e TDA/H⁵⁹ (PALHOÇA, 2012, p. 4).

Assim sendo, fica explícito que o público do BPC na política de Educação é atendido na totalidade como público prioritário de crianças e adolescentes com deficiência, não

⁵⁷ Por meio da Resolução CIT - nº 7, de 10 de setembro de 2009 (BRASIL, 2009a).

⁵⁸ Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013.

⁵⁹ Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade.

sendo levado em consideração ser beneficiário do BPC. A partir da CF/88, que foi um marco na consolidação de direitos, no âmbito da Educação construíram-se regulamentações voltadas para a garantia de um Sistema Educacional Inclusivo. O Decreto nº 7.611/11, Art. 1º, dentre as diretrizes da Educação das pessoas público-alvo da educação especial, em seu parágrafo I coloca: “garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades” (SANTA CATARINA, 2012, p. 16).

A priorização desse público nas políticas públicas de Assistência Social e Educação se torna fundamental para a efetivação do direito constitucional, ratificada pelas regulamentações das duas políticas. Consideramos o debate da intersetorialidade essencial para se pensar a efetividade do Programa BPC na Escola, haja vista ser fundamental a articulação das políticas públicas, principalmente no sentido de garantir o atendimento integral das crianças e adolescentes, públicos-alvo desse Programa.

4.4 As ações realizadas pelas políticas de Assistência Social e Educação no contexto do Programa BPC na Escola

Neste item, priorizamos algumas considerações apresentadas nas falas das profissionais entrevistadas sobre as ações realizadas pelas políticas aqui trabalhadas, Assistência Social e Educação, participantes do Programa para garantir o acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência. Quando perguntadas sobre as ações realizadas, as profissionais trouxeram as seguintes falas:

A única coisa que acaba contemplando este grupo é que os CRAS têm alguns grupos de acompanhamentos das famílias do BPC e aí acaba acontecendo que algumas dessas crianças e adolescentes acabam participando destes acompanhamentos nestes grupos de acompanhamentos do CRAS [...] de ação seria esta (P1).

Na verdade temos um mapeamento deste público com deficiência e não diferenciamos pelo fato de serem beneficiários do BPC, são tratados todos igualmente, não tem ação específica. Além de ter o AEE, a gente pode estar encaminhando a criança ou adolescente para os serviços reabilitatórios que são as outras áreas necessárias como fisioterapias, fono, psicologia. A gente promove capacitações aos profissionais que com elas trabalham que seria esta formação continuada. Na escola regular este público, a princípio quem vai até as escolas e que não consegue vaga naquela instituição próxima à residência, estamos tendo sucesso quando a família chega até ao setor de EE, e explicamos “olha não temos próximo à residência, mas tem uma um pouquinho mais longe mas tem todos os recursos necessários o AEE vai estar lá”. O transporte, quando necessário para o deslocamento, não é oferecido via setor de Educação Especial, existe outro setor, a família preenche um documento na própria escola, e é visto a possibilidade do transporte. No município são bem poucos os alunos com deficiência que necessitam do transporte (P2).

Como já explicitado no item anterior, no âmbito da Proteção Social Básica existem serviços específicos para esse público, e são ofertados no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).⁶⁰ Ressaltamos a fala da profissional (P1): “acaba acontecendo que algumas dessas crianças e adolescentes acabam participando destes acompanhamentos nestes grupos de acompanhamentos do CRAS [...] de ação seria esta”. Assim, direciona que as ações no âmbito do CRAS priorizam os beneficiários do BPC, mas, no entanto não fica clara a priorização do público do Programa dentro dos beneficiários. Evidenciamos o artigo 14, parágrafos II e III, do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda, que coloca como competência do município:

I - Disponibilizar aos CRAS as seguintes listagens dos beneficiários do BPC para seu atendimento e de suas famílias: i. beneficiário do BPC residente em seu território de abrangência; ii. beneficiário do BPC que seja criança com até seis anos de idade; iii. beneficiário BPC seja crianças, adolescente e jovem de até 18 anos sem acesso à escola. II – Elaborar estratégias, em consonância, principalmente, com as Políticas de Educação, Saúde, Direitos Humanos, Transporte, para garantir o acesso e permanência na escola das crianças, adolescentes beneficiários do BPC (BRASIL, 2009a, p. 18).

Reiteramos a importância de pensar e/ou executar ações conjuntas para garantir os direitos desse público, sendo a intersetorialidade uma opção da gestão dessas políticas públicas. Segundo Pereira (2011), a intersetorialidade

[...] surge não só como uma alternativa de gestão social, mas como uma ruptura epistemológica com os modelos disciplinares prevalentes. Mas, novamente faz-se a advertência de que a intersetorialidade assim pensada não anula os espaços específicos das políticas particulares, ditas “setoriais”, pois a intersetorialidade fortalece e atualiza essas políticas, universalizando-as (PEREIRA, 2011, p. 2).

Ressalta-se a partir da fala da profissional de educação (P2), quando trata sobre o transporte escolar, “a família preenche um documento na própria escola, e é visto a possibilidade do transporte”. Ressaltamos que o Grupo Gestor Local tem a possibilidade de cadastrar o Plano Intersetorial de Superação das Barreiras de Acesso e Permanência na Escola, e dentre as ações previstas para este Plano, na Educação, no que tange ao transporte escolar ressaltamos: “instituir o transporte escolar; garantir a presença do monitor no transporte escolar; ampliar a frota escolar com veículos acessíveis; capacitar os profissionais do transporte escolar (motorista e monitor)” (YOSHIDA, 2013, p. 23).

⁶⁰ O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de Assistência Social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF (BRASIL, 2009d, p. 9).

Cabe destacar que, desde quando o Programa foi instituído, em 2007, diversas regulamentações, documentos norteadores vêm orientando as ações dos entes envolvidos no Programa. Pontuamos que, a partir da adesão ao Programa em 2012, o município de Palhoça, por meio do Grupo Gestor Local, deveria acessar e/ou executar as ações propostas nesses documentos, *Webconferência*, dentre outros.

Para fins desta pesquisa, cabe ressaltar que o GGI lançou em 2009 e 2011 documentos orientadores para o desenvolvimento das políticas públicas, contribuindo para a organização de um sistema educacional inclusivo. Nessa perspectiva, em 2012 o GGE promoveu uma *webconferência* objetivando desencadear um amplo processo de adesão das prefeituras municipais ao Programa. Esse momento visava propiciar a concretização de um sistema educacional inclusivo no Estado e a garantia de direitos às crianças e aos adolescentes com deficiência beneficiários do BPC. Participaram da *webconferência* técnicos das Gerências Regionais de Educação, Saúde e Assistência Social das trinta e seis Secretarias de Desenvolvimento Regional do Estado, secretários de desenvolvimento regional, prefeitos municipais e secretários municipais das áreas de educação, saúde, assistência social (SANTA CATARINA, 2012).

No ano de 2013, o GGE participou da videoconferência promovida pelo GGI. Ela teve como objetivo divulgar o processo de adesão ao Programa BPC na Escola no Estado de Santa Catarina, ampliando assim a possibilidade de participação de novos municípios e a renovação dos compromissos anteriormente assumidos pelo Estado e municípios que já participavam do Programa desde 2008, além de pactuar o processo de formação e orientar o desenvolvimento das ações intersetoriais previstas para o biênio 2013/2014. A videoconferência permitiu o diálogo em tempo real entre representantes do GGE e GGI, além de possibilitar aos grupos gestores municipais enviarem perguntas pelo e-mail que foi disponibilizado na página da transmissão. Posteriormente, a videoconferência foi disponibilizada na internet para acesso de qualquer pessoa (SANTA CATARINA, 2013).

Desse modo, ressaltamos que as ações a serem implementadas devem partir da proposta de uma agenda específica de cada política, embora considerando a articulação. É importante denotar que os municípios têm autonomia para organizar ações em seu âmbito sem necessitar efetivamente de posicionamentos de articulação dos outros entes federados. Obviamente que não significa descaracterizar responsabilidades, mas potencializar questões pertinentes ao micro — caso contrário ficaremos à mercê de práticas legalistas e burocráticas, não considerando o sujeito que aguarda e necessita de respostas.

4.5 A articulação entre as políticas de Educação e Assistência Social: uma análise necessária

Em nosso entendimento, para além de todos os elementos até então trabalhados, pensar a articulação das políticas públicas com vistas ao atendimento integral é o essencial desta pesquisa. Neste último item, nossa atenção será voltada à avaliação das falas das profissionais, problematizando-as no sentido de analisar a articulação das políticas de assistência social e educação para garantir o direito de acesso e permanência do público do Programa BPC na Escola no ensino regular e, não menos importante, faremos alguns apontamentos sobre as normativas nesse processo de garantia de direito.

No processo de materialização de direitos, os documentos normativos se constituem instrumentos para sua efetivação, e segundo Spink (*apud* CARDOSO, 2013),

Os documentos de domínio público são produtos sociais tornados públicos [...]. Podem refletir as transformações lentas em posições e posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia a dia ou, no âmbito das redes sociais, pelos agrupamentos e coletivos que dão forma ao informal, refletindo o ir e vir de versões circulantes assumidas ou advogadas (SPINK *apud* CARDOSO, 2013, p. 30).

Para Canotilho (*apud* VASCONCELLOS; MENDONÇA, 2013),

[...] normas programáticas podem servir como base para a regulamentação dos direitos sociais, e, ainda apresentar os princípios conformadores da matéria, úteis no momento de concretização dos direitos sociais (CANOTILHO *apud* VASCONCELLOS; MENDONÇA, 2013, p. 206).

Para falar de intersectorialidade das políticas, cabem alguns apontamentos sobre as regulamentações norteadoras nesse processo, abarcando as possibilidades e os limites das referidas políticas. Para fins de maior aproximação e dimensão na pesquisa, optamos por fazer um recorte no que tange às normativas, a partir de 2012, ano em que o município de Palhoça aderiu ao Programa BPC na Escola. Desse modo, as falas das profissionais podem corroborar nossas reflexões.

Está tudo parado. De normativa não tem nada ainda. O município fez a adesão ao Programa e não fez nenhuma atividade ainda em relação a isto. Estamos ainda tentando entender como tem que fazer, as entrevistas como tem que ser aplicadas, ~~ta~~ está bem na fase de conhecimento, ainda uma fase de aproximação com o tema (P1).

Na verdade a gente tem um documento que norteia que é a diretriz da educação especial do município, tem 10 salas implantadas no município de atendimento educacional especializado que visam realmente o acesso e a permanência das crianças e adolescentes na escola. Então neste documento norteia como é a contratação do professor, como deve ser o atendimento educacional especializado, quantas vagas são oferecidas na educação infantil, etc. Que são baseados nos documentos que vem do MEC que estão contemplados ali dentro, que é uma política inclusiva (P2).

Os executores das políticas públicas, amparados pelas normativas vigentes, buscam instrumentos para garantir os direitos dos cidadãos. Partindo do princípio de que intersectorialidade é um instrumento fundamental na execução de políticas sociais, transformá-las em um eixo estruturador das intervenções públicas significa encarar grandes desafios (BRONZO e VEIGA, 2007).

Desse modo, consideramos fundamental a articulação das políticas públicas, principalmente no sentido de garantir o atendimento integral das crianças e adolescentes, públicos-alvo desse Programa. A articulação das políticas públicas, dentre outros fatores, possibilita

[...] melhor utilização de recursos, sejam humanos, financeiros ou materiais, o alcance de patamares qualificados de intervenções em menor tempo, com completude entre as especificidades, ampliação da produtividade, ganho de escola e de resultados que tenham impacto nas condições de vida da população (BRASIL, 2008, p. 40).

Na sequência, contemplaremos as falas das profissionais sobre ações articuladas entre as políticas de Assistência Social e Educação para garantir o acesso e permanência de crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do BPC na escola.

Esta articulação ainda não existe, na verdade a gente teve apenas duas reuniões entre Saúde, Educação e Assistência, para ter conhecimento quem que seria os representantes do BPC na Escola no município. Independente do Grupo Gestor Municipal não tem nada de articulação; voltado para este tema específico não (P1).

Não tem no setor, não tem uma ação específica por ser beneficiária, tem o mapeamento deste público, mas não são seguidos para ações pois como já foi dito são ações para crianças com deficiência e dentro deste público pode ter aquelas que são beneficiárias do BPC (P2).

Conforme a fala das profissionais, é notória a não articulação das duas políticas citadas, opondo-se aos eixos estruturadores do Programa BPC na Escola:

(1) identificar entre os beneficiários do BPC de até 18 anos aqueles que estão na Escola e aqueles que estão fora da Escola; (2) identificar as principais barreiras para o acesso e permanência na Escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; (3) realizar estudos e desenvolver estratégias conjuntas para superação destas barreiras; e (4) realizar acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao Programa (BRASIL, 2011a, p. 3).

Nesse contexto, a proposta de intersectorialidade é colocada não como uma estratégia técnica, administrativa ou meramente gerencial, é uma ação política que envolve, entre outros fatores, diferentes interesses competitivos, jogos de poderes e autorreferenciamento de seus pares. É uma tarefa nada fácil, mas também não impossível, desde que todos estejam conscientes de que vale tentar persegui-la em prol da democracia (PEREIRA,

2011). Assim sendo, buscarmos ações intersetoriais é fundamental para garantir e ampliar os direitos do público do Programa BPC na Escola.

Nesse aspecto, é por meio da realidade diária que podemos alcançar possibilidades e limites para a intersetorialidade, pois o processo reflexivo é antecedente à prática, no entanto articula-se o tempo todo para a construção de novas visões e interações (NASCIMENTO, 2010). Desse modo, a forma como o modelo setorial tem organizado as políticas públicas e os serviços, não deixa que as demandas da sociedade sejam atendidas em sua integralidade em detrimento de sua resolução (INOJOSA, 2001). No campo de inovações no âmbito da gestão pública, Bronzo e Veiga (2007) ressaltam:

[...] em um contexto no qual os sistemas técnicos especializados e as estruturas fortemente hierarquizadas e verticais são confrontadas com novos objetivos e demandas políticas e sociais, novas técnicas e novos segmentos da população, que demandam uma remodelagem das velhas estruturas organizacionais, existindo novas respostas organizativas das quais a intersetorialidade é apenas uma das alternativas possíveis. A abertura para uma visão de trabalho horizontal é o ponto chave e que caracteriza, de forma geral, tais transformações (BRONZO; VEIGA, 2007, p. 11).

Portanto, reiteramos que

[...] o aparato governamental é todo fatiado por conhecimentos, por saberes, por corporações. Ninguém encara as pessoas e as famílias como as totalidades que são. Há, também, uma outra herança, que é a hierarquia verticalizada, piramidal, em que os processos percorrem vários escalões, mas as decisões são tomadas apenas no topo, não na base, próximo à população (INOJOSA, 2001, p. 103).

A intersetorialidade é invocada por contrapor-se ao aparato setorial que molda as políticas sociais, direcionando assim ações integradas de distintos setores, no atendimento da população, cujas necessidades são ponderadas a partir de sua realidade concreta, de modo a pautar as peculiaridades de suas condições de vida (SCHÜTZ, 2009).

Segundo Sposati (2006, p. 134), “a intersetorialidade não pode ser considerada antagônica ou substitutiva da setorialidade. A sabedoria reside em combinar setorialidade com intersetorialidade, e não em contrapô-las no processo”.

Para fins desta pesquisa, o exercício da intersetorialidade é novo e desafiador para as políticas e para os entes federados, determinando mudanças de concepção, de posturas profissionais, de organização de serviços, coordenação de atividades e flexibilidade para a negociação das ações conjuntas para cada uma delas, significando a superação de eventuais conflitos de interesses profissionais políticos que podem ocorrer na busca de soluções que efetivem os objetivos do Programa (YOSHIDA, 2013).

Cabe destacar que, dentre as dificuldades para a articulação das políticas de Assistência Social e Educação, objetos de nossa pesquisa, estão as normativas do Programa que

não especificam o papel de cada política participante. As orientações sobre a responsabilidade de cada política pública encontram-se dispersas em informes técnicos, termo de adesão/renovação, manuais do Programa e portarias interministeriais. Dessa forma, “para o alcance de efetividade e completude das políticas municipais e estaduais, em um universo amplo e diversificado de demandas, é necessário alicerçar o sistema de gestão na formação de redes socioassistenciais e intersetoriais” (BRASIL, 2008, p. 41). Assim,

A conexão territorialidade/rede/intersetorialidade, voltada à inclusão social, redimensiona as intervenções específicas, ampliando o padrão de qualidade e a efetividade das ações desenvolvidas (BRASIL, 2008, p. 39)

Não podemos deixar de mencionar Nascimento (2010), quando diz que os interesses dos sujeitos envolvidos passam a ser um divisor de águas, na medida em que podem ser obscurecidos, e as ações intersetoriais podem tanto estar voltadas para respostas imediatas, como podem se reverter em ações decisivas que consigam criar barreiras políticas de enfrentamento aos interesses.

Dessa forma, concluímos a partir da pesquisa que as políticas públicas de Assistência Social e Educação se comunicam restritamente, e incentivamos uma reflexão mais aprofundada sobre essa intersetorialidade, pois contemplamos nas regulamentações das referidas políticas ações possíveis para que se construa a intersetorialidade.

Nesse aspecto, para efetivação de ações intersetoriais, compartilhamos que sua concretização ainda é desafiadora, no entanto sugerimos para seu alcance: alicerçar a gestão em rede, ou seja, compartilhar intencionalidades para alcançar os objetivos comuns das diferentes políticas públicas, respeitando as especificidades de cada uma para assim atender as demandas da população em sua totalidade.

Ressaltamos ainda que, para o alcance dessa efetivação num contexto de totalidade, se faz necessária a potencialização da participação popular nos espaços de definição das ações propostas. Assim sendo, no contexto aqui pesquisado, é imprescindível “a ampliação dos espaços de participação e organização dos beneficiários do BPC [...] com o reconhecimento do necessário protagonismo do usuário como sujeito de direitos” (FREITAS; SOUZA; MARTINS, 2013, p. 151).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral analisar as ações e estratégias conjuntas desenvolvidas pelas políticas de Assistência Social e Educação do Município de Palhoça (SC) para garantir o acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) inseridos no Programa BPC na Escola. Cabe salientar que, no campo da formação profissional, acreditamos ser esse tema importante por possibilitar o aprofundamento do debate acerca da articulação entre as políticas, em especial as de Assistência Social e Educação, no caso específico para garantir o acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência. Sendo assim, problematizar e pesquisar como as diferentes políticas públicas sociais têm atuado na garantia de direitos é fundamental para sua materialização.

A partir da problematização da pesquisa, concluímos que as políticas acima citadas trazem em seu bojo algumas perspectivas de ações intersetoriais, mas que ainda estão muito nas normativas e pouco nas ações efetivamente realizadas. Concordamos com o exposto por Sposati (2006), quando faz uma avaliação histórica das práticas sociais e do grau de desigualdade socioeconômica no Brasil, onde coloca a intersetorialidade não só como uma arena de aprendizagem dos agentes institucionais, mas também como um percurso ou artifício estruturador da constituição de novas respostas, novas demandas para cada política pública.

Pensar e executar ações intersetoriais pode fortalecer a atuação dos profissionais, sejam eles gestores ou técnicos que atuam nas políticas públicas dando base para interação de saberes e a criação de outros, no sentido de consolidação dos direitos da população.

Cabe salientar que, no contexto de garantia de direitos aos beneficiários do BPC, o Programa BPC na Escola é um instrumento para consolidação do direito constitucional da escola, propondo ações e estratégias intersetoriais para sua efetivação. É preciso pensar as políticas sociais como acesso universal e como ampliação de direitos, e não como ações fragmentadas e setoriais; serem pensadas de maneira articulada com diferentes políticas para garantir os direitos da população.

O Programa envolve os três entes federados: Municipal, Estadual e Federal. Consideramos essencial que os entes cumpram os objetivos do Programa para sua efetivação. Juntamente a isso, é fundamental que os municípios que já aderiram ao Programa BPC na Escola priorizem o seu público-alvo, ou seja, crianças e adolescentes na faixa etária de zero a dezoito anos, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, pois assim estarão sendo

reafirmadas as prerrogativas constitucionais que explicitam a igualdade de acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola.

A CF/88 (BRASIL, 2013a) consolida a educação como um direito, trazendo nos artigos 205 e 206 a “educação como um direito de todos e dever do Estado e da família” e, em relação aos princípios, que o ensino deve seguir, dentre outras recomendações, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Dessa forma, buscar a consolidação desse direito é um dever do Estado.

Assim sendo, no que tange a crianças e adolescentes com deficiência, é importante ressaltar que, perpassando pelos marcos regulatórios, dentre eles a CF/88 e o ECA, consolidou-se um grande avanço nos direitos da criança e adolescente numa perspectiva de proteção integral, por isso pensar as políticas públicas como instrumento para efetivação dos direitos é fundamental. Ainda nesse contexto, a política de Educação tende a seguir essa lógica de proteção integral, perpassando por suas normativas voltadas para uma Política de Educação Inclusiva. É importante dizer que, ao realizar análises mais aprofundadas no que tange à garantia do direito, nos parece redundante a criação e necessidade de outros programas para reafirmar um direito que, como já citado, é garantido constitucionalmente. Enfatizamos que a articulação das políticas Públicas constitui um grande desafio, dado o contexto de exclusão, diminuição e flexibilização de direitos e ao mesmo tempo de políticas focalizadas, fragmentadas e setoriais. Portanto, nesse campo contraditório, é mais do que necessário, é urgente conhecer e ampliar o atendimento das demandas específicas, mas, ao mesmo tempo, transformar demandas individuais em demandas coletivas, possibilitando ainda o acesso a políticas universais, que se impõem contrárias à lógica das políticas sociais atuais.

Depreende-se desta pesquisa que os municípios estão aguardando a capacitação do Estado sobre o Programa BPC na Escola. No entanto, essa espera não impede que as políticas dialoguem e realizem as ações pactuadas com a adesão ao Programa em âmbito municipal, direcionando assim ações integradas de distintos setores ao atendimento da população (SCHÜTZ, 2009).

A partir das falas das profissionais, evidenciamos que a articulação das políticas de Assistência Social e Educação constituem um grande desafio, haja vista as limitações institucionais e burocráticas que permeiam o contexto ora analisado. Cabe pontuar alguns elementos que consideramos importantes para a proposta de efetivação do Programa BPC na Escola, sobretudo a garantia do acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes, quais sejam: pensar a gestão municipal em rede para que, por meio do compartilhamento de intencionalidades, possamos alcançar a ampliação de direitos ratificados constitucionalmente,

buscando atender as demandas — não fragmentadas, mas pensando na totalidade da população. Para isto se fazem necessárias estruturas institucionais adequadas, profissionais qualificados com formação continuada e ações integrativas, ressaltando sempre as especificidades desse público atendido, e ainda o entendimento das reais demandas dessa população, sendo fundamental o reconhecimento do território para atender essas demandas e propostas efetivas de garantia do direito de crianças e adolescentes com deficiência.

Mais uma vez ressaltamos que o interesse pelo tema deu-se mediante questionamentos e inquietações teóricas e empíricas que surgiram ao longo da trajetória acadêmica, mais intensamente após o ingresso no campo de estágios não obrigatório e obrigatório na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina (SST/SC), especificamente na Diretoria de Assistência Social, Gerência de Proteção Social Básica, Coordenação dos Benefícios Assistenciais. O campo de estágio foi peça fundamental de aprendizado para formação acadêmica e contribuiu para o amadurecimento do assunto pesquisado, bem como sendo fonte de dados importante para concretização deste trabalho.

Por fim, queremos destacar que a discussão sobre a articulação das políticas públicas, dentre elas Assistência Social e Educação, para garantir o acesso e permanência de crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do BPC na escola, não se esgota nesta pesquisa. Mostramos alguns elementos que consideramos importantes para esse debate, especialmente por esse tema ter sido fruto de inquietações e indagações das vivências enquanto estagiária na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luiz Odorico Monteiro. *A saúde e o dilema da intersectorialidade*. São Paulo: Hucitec, 2006.

ARAÚJO, Cleonice Correia *et al.* Implantação e Implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) nos estados do Pará, Maranhão e Pernambuco: uma análise dos resultados da pesquisa empírica. In: COUTO, Berenice Rojas *et al.* *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p.99-137.

BARBOSA, Maria Madalena Martins; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Benefício de Prestação Continuada (BPC): desvendando suas contradições e significados. In: *Revista SER Social*, n. 12, Política de Assistência Social, Brasília, 2003, p.221-244.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. *Seguridade Social e Trabalho, paradoxo na construção das políticas de previdência e Assistência Social no Brasil*. Brasília: Letras Livres, 2006.

BRASIL. *Centro de Referência de Assistência Social (Cras) – Orientações Técnicas*. Brasília: MDS, 2009d. 72p.

_____. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). *Cartilha Estágio Supervisionado*. Meia formação não garante um direito. Brasília: CFESS, 2013c.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010. Brasília, 2013a. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014.

_____. *Decreto nº 3.799, de 5 de novembro de 1941*. Transforma o Instituto Sete de Setembro em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 11 nov. 1941.

_____. *Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007*. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm>. Acesso em: maio 2014.

_____. *Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990*. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: jun. 2014.

_____. Grupo Gestor Interministerial. *BPC na Escola – Documento Orientador*. Brasília. 2009b. Disponível em: <file:///C:/Users/liamara/Downloads/documento_bcp.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2014.

_____. Grupo Gestor Interministerial. *BPC na Escola – Documento Orientador*. Brasília. 2011a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/redesuas/arquivos/2011/BPC%20na%20escola%20-%20Documento%20Orientador.pdf/view>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

_____. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. “ECA”. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Florianópolis: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, 2012a.

_____. *Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993*. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Código de ética do/a assistente social. 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2001.

_____. *Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993*. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 7 dez. 1993.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 29 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. *Marcos Político-Legais da Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. 2010b. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/educacao/marcos-politico-legais.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. *Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007*. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 26 abr. 2007b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *BPC - Programa BPC na Escola*. 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/bpc-beneficio-de-prestacao-continuada-1/bpc-programa-bpc-na-escola>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *CapacitaSUAS*, Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados, v. 2, 1. ed. Brasília: MDS, 2008, 120p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Comissão Intergestores Tripartite – CIT. *Resolução CIT nº 7, de 10 de setembro de 2009*. Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). 2009a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/protocolo-de-gestao-integrada-de-servicos-beneficios-e-transferencias-de-renda-no-ambito-do-sistema-unico-de-assistencia-social-suas/Protocolo%20de%20Gestao%20Integrada%20de%20Servicos-%20Beneficios%20e%20Transferencias%20de%20Renda%20no%20ambito%20do%20Sistema%20Unico%20de%20Assistencia%20Social%20-%20SUAS.pdf/download>>. Acesso em: 8 jun. 2014.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Encontro de Gestores do Programa BPC na Escola: Avaliação de Resultados e Propostas de Ações Intersetoriais. 2010a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/encontro-de-gestores-do-programa-bpc-na-escola-avaliacao-de-resultados-e-proposta-de-acoes-intersectoriais>>. Acesso em: 30 maio 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Informe Técnico n. 1 - Instruções Operacionais do Sistema BPC na Escola*. 2011c. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/redesuas/bpc-na-escola>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Sistema BPC na Escola*. s/d-a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/redesuas/bpc-na-escola>>. Acesso em: 6 jun. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Sistema Único de Assistência Social (Suas)*. s/d-b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

_____. *Portaria Interministerial nº 02, de 2 de agosto de 2012*. Institui o Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho - Programa BPC Trabalho. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 3 ago. 2012b.

_____. *Portaria Interministerial nº 1.205, de 08 de setembro de 2011*. Altera a Portaria Interministerial nº 01 de 12 de março de 2008, para estabelecer novos procedimentos de adesão ao Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – PROGRAMA BPC NA ESCOLA e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 9 set. 2011b.

_____. *Portaria SNAS nº 15, de 17 de dezembro de 2010c*. Dispõe acerca do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS e dá outras providências. Disponível em: <<http://sistemas.fecam.org.br/SUAS/portariasMDS/Portaria%20SNAS%20n%C2%BA%2015%20de%2017%20de%20Dezembro%20de%202010-%20REDE%20SUAS.pdf>>. Acesso em: jun. 2014.

_____. *Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012*. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 3 jan. 2013b.

_____. *Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009*. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 25 nov. 2009c.

_____. *Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004*. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília: MDS/CNAS, 2005.

BRONZO, Carla; VEIGA, Laura. da. Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, nov. 2007, nº 92, ano XXVIII, p. 5-21.

CARDOSO, Daniele Cima. *A atuação do assistente social na gestão municipal da política pública de assistência social: desafios e possibilidades*. 2013. 205p. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Sócioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Profa. Dra. Helenara Silveira Fagundes. Florianópolis, 2013.

CARVALHO, Denise Bomtempo B. de. Políticas Sociais Setoriais e por segmento: Criança e Adolescente. In: *Capacitação em Serviço Social e política social (módulo 3)*. Brasília: UNB: CFESS, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CICONELLO, Alexandre; MORONI, José. A intersetorialidade nas políticas públicas. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Cadernos de Textos: VI Conferência Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF: MDS; Conselho Nacional de Assistência Social, 2007. p. 79-90.

COUTO, Berenice Rojas; YASBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice *et al.* *O sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p.32-65.

DEFICIÊNCIA, Viver sem Limites. *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Brasília: SDH; SNPD, 2013.

FREITAS, Maria José de; SOUZA, Maria Valdênia Santos de; MARTINS, Raquel de Fátima Antunes. O Benefício de Prestação Continuada- BPC: direito socioassistencial. In: CRUZ, José Ferreira da *et al.* (org.). *Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social*. 1. ed. Brasília: MDS, 2013, p.134-153.

FREITAS, Maria José de *et al.* O Benefício de Prestação Continuada – BPC: direito socioassistencial. In: CRUZ, José Ferreira da *et al.* (org.). *Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social*. 1. ed. Brasília: MDS, 2013, p.134-153.

GOMES, Ana Lúcia. O Benefício de Prestação Continuada: Uma trajetória de retrocessos e Limites – construindo possibilidade de avanços. In: SPOSATI, Aldaíza (org.). *Proteção Social de Cidadania*. Inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez, 2004. p. 191-226.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 10. ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 1995.

_____. *Relações sociais e serviço social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 38. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

INOJOSA, Rose. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. In: *Cadernos Fundap*, n. 22, 2001, p. 102-110.

LIMA, Fernanda da Silva; VERONESE, Josiane Rose Petry. *Mamãe África, cheguei ao Brasil*: os direitos da criança e do adolescente sob a perspectiva da igualdade racial. Florianópolis: UFSC: Fundação Boiteux, 2011.

MINAYO, Maria Cecília Souza; GOMES, Sueli Ferreira; DESLANDES, Romeu Gomes. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 31. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 2010, p. 95-120.

PALHOÇA. Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC). *Diretrizes para a Educação Especial na Rede Municipal de Ensino*. Palhoça: SMEC, 2012.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. *A intersectorialidade das políticas sociais numa perspectiva dialética*. Mimeo, 2011.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera pública e Conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 1998.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: USU, 1997.

SANTA CATARINA. Portal da Educação. *Gestores da Educação, Saúde e Assistência Social participam da webconferência do Programa BPC na Escola*. 2012. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/noticias/3663-gestores-da-educacao-saude-e-assistencia-social-participam-da-webconferencia-do-programa-bpc-na-escola>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

_____. Portal da Educação. *Santa Catarina participa de vídeo conferência do Grupo Gestor Interministerial do Programa BPC na Escola*. 2013. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/noticias/4414-sc-participa-de-video-conferencia-do-grupo-gestor-interministerial-do-programa-bpc-na-escola>>. Acesso em: 6 jun. 2014.

SANTOS, Rúbia dos. Política Social brasileira e neofamiliarismo: contribuições para o debate. In: *Emancipação*, Ponta Grossa, 13(1): 87-99, 2012. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCgQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas2.uepg.br%2Findex.php%2Femancipacao%2Farticle%2Fdownload%2F3389%2F3800&ei=4dVyU8uhMKqzsASMj4DQCQ&usg=AFQjCNE1uLQHCemYH37UaJ2O1YMCZGkylw>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

SCHÜTZ, Fernanda. *A Intersectorialidade no Campo da Política Pública: indagações para o serviço social*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: discontinuidades e continuidades. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez, 2005, p. 30-49.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Renda mínima e reestruturação produtiva*. São Paulo: Cortez, 1997.

SPOSATI, Aldaíza. Benefício de Prestação Continuada como mínimo social. In: SPOSATI, Aldaíza (org.). *Proteção Social de Cidadania*. Inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez, 2004.p. 125-178.

_____. Gestão Pública Intersetorial: Sim ou Não? Comentários da Experiência. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 87, 2006, p. 134-141.

VANNUCHI, Paulo de Tarso; OLIVEIRA, Carmen Silveira (apresentação). *Direitos Humanos de Criança e Adolescentes – 20 anos do Estatuto*. Brasília, D.F: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

VASCONCELLOS, Mariana Vannucci; MENDONÇA, Fabiano Andre de Souza. *Políticas públicas e sua importância para o desenvolvimento*. 2013. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&cad=rja&uact=8&ved=0CIkBEBYwCQ&url=http%3A%2F%2Fwww.conpedi.org.br%2Fmanaus%2Farquivos%2Fanais%2Fsalvador%2Fmariana_vannucci_vasconcellos.pdf&ei=vsCxU8bIFqnKsAThhoCQBw&usg=AFQjCNE1No8iExOdMoGeQUFaOh0ywTMeMQ&sig2=LsHSQXcicd5LKskORqOv5w&bvm=bv.69837884,d.b2k>. Acesso em: 30 jun. 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. A Política Social brasileira nos anos 90: refilantropização da Questão Social. In: *Cadernos ABONG*, n. 11, 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Sistema de proteção social brasileiro: modelo, dilemas e desafios*. 2008. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/seminario-internacional-bpc/sobre-o-evento/apresentacoes/arquivos/Maria%20Carmelita%20Yazbek%20-%20Protecao%20Social.pdf/download>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

_____. *Estado e políticas sociais*. 2013. Disponível em: <<http://files.adrianonascimento.webnode.com.br/200000175-4316b440ff/Yazbek,%20Maria%20Carmelita.%20Estado%20e%20pol%C3%ADticas%20sociais.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

_____. *Classes subalternas e assistência social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 2007.

YOSHIDA, Bonetti. Elyria: *Programa BPC na Escola*. 2013. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/publicacao_eletronica/muse/cursoscapacitاسuas/assets/bpc-na-escola_-elyria-yoshida-revisado_06_05_13.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2014.

APÊNDICE A - ROTEIRO ORIENTADOR DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

- 1) Descreva sua formação profissional (onde se graduou; em que ano; se já fez especializações em que área); vinculação com o tema pessoas com deficiência.
- 2) Qual é seu vínculo funcional (concursada ou não), há quanto tempo trabalha com a temática?
- 3) Como o tema do acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência vem sendo abordado na política de Assistência Social/Educação no município de Palhoça?
- 4) Quais são as normativas que norteiam esse tema a partir do ano de 2012, e como está a sua efetivação ou não na política de Assistência Social/Educação?
- 5) Quais têm sido as ações da política de Assistência Social/Educação para garantir o acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência?
- 6) Dentro da temática acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, como é tratado o público beneficiário do BPC?
- 7) Quais têm sido as ações desenvolvidas para esse público beneficiário do BPC?
- 8) Como as crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do BPC na escola são acompanhados pela Política de Assistência Social/Educação?
- 9) Quais ações articuladas são desenvolvidas entre as políticas de Assistência Social e Educação para garantir o acesso e permanência de crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do BPC na escola?
- 10) Você conhece o Programa BPC na escola? Como está a implementação do Programa no município?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Meu nome é Liamara Poletti, aluna de Graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e estou realizando uma pesquisa sobre o “Programa BPC na Escola: a Articulação das Políticas de Assistência Social e Educação na Garantia do Acesso e Permanência de Crianças e Adolescentes com Deficiência nas Escolas do Município de Palhoça (SC)”, sob a orientação da Profa. Msc. Daniele Cima Cardoso. Esta pesquisa tem como objetivo investigar as ações e estratégias conjuntas desenvolvidas pelas Políticas de Assistência Social e Educação do Município de Palhoça, para garantir o acesso e permanência de crianças e adolescentes com deficiência nas escolas beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), em termos das concepções teóricas, metodológicas e ideológicas que baseiam seu trabalho e as práticas que caracterizam sua atuação. Para realizá-la, serão utilizados como procedimentos metodológicos a entrevista e a análise de documentos divulgados pelo Ministério de Desenvolvimento Social Combate à Fome (MDS) e Ministério da Educação (MEC) sobre a política de assistência social e educação. Ressalto que as entrevistas serão gravadas com gravador de voz, a fim de propiciar melhor análise das falas, sob o consentimento das participantes.

A pesquisa justifica-se pela importância para investigar as ações intersetoriais concretas entre as políticas de Assistência Social e Educação no sentido de garantir o acesso e permanência de crianças e adolescentes com deficiências beneficiárias do BPC na escola. Espera-se que esta pesquisa contribua para a discussão e problematização no que se refere ao direito da criança e adolescente à educação, e ainda a verificação da proposta de ambas as políticas no sentido de sua articulação para garantir tal direito constitucional.

Caso esteja de acordo em participar, garanto que sua identidade estará em sigilo e suas informações terão cunho confidencial, sendo somente utilizadas nesta pesquisa.

Destaco que sua participação nesta pesquisa não é obrigatória e você tem o direito de manifestar-se caso não queira prosseguir participando, sem nenhum prejuízo à sua pessoa. Se tiver alguma dúvida com relação à pesquisa ou não quiser mais ter suas informações utilizadas, favor entrar em contato pelo telefone (xx) xxxxxxxx.

Data:

Assinaturas:

Pesquisadora: _____

Pesquisador responsável: _____

Eu, _____, fui esclarecido sobre a pesquisa acima explicitada e concordo com que meus dados sejam utilizados na sua realização.